

JF

Jornal da FENPROF | Diretor: Mário Nogueira
Mensal | nº 293 | Junho 2018 | 0,50 Euros



50.000 na rua

**Sem respostas do
ME/Governo, a luta
tem de continuar.**

Autonomia e Flexibilidade Curricular
FENPROF realiza Encontro Nacional

Pág. 14

sumário



18-23

DOSSIER MANIF



16

IMPRESSÕES
Horários de Trabalho

BRÍGIDA BATISTA

04. CONCURSOS

ME/Governo lança a confusão e semeia ilegalidades

VÍTOR GODINHO

05. CONCURSOS

A Lei n.º 17/2018 e as implicações no concurso de Mobilidade Interna

JOSÉ MANUEL COSTA

06. EM FOCO

Horários e Distribuição de Serviço Proposta da FENPROF entregue ao ME

09. EM FOCO

Burocracia carrega no horário dos docentes

11. CONTRATADOS

Contra a precariedade, indubitavelmente, lutar!

JOÃO LOUCEIRO

24. NACIONAL

Corrupção no Grupo GPS: FENPROF bem avisou!

NÉVIA VITORINO

Estado vs Apropriação indevida de dinheiros públicos

NOTA DA REDAÇÃO

25. EPE

Reunião com Governo produz resultados muito positivos!

CARLOS PATO

26. DESTAQUE

Por uma política de Paz e Não-Violência nas Escolas

LUÍS LOBO

28. DESTAQUE

Um comportamento inaceitável. Instituto Nacional para a Reabilitação recusa apoiar

Encontro Nacional sobre alterações do DL 3/2008

ANA SIMÕES

29. MEDIA

O que realmente se passa no nosso mundo? Os Media e nós.

ABEL MACEDO

30. SETORES

Estímulo ao Emprego Científico, *ma non troppo*

ANDRÉ CARMO

33. INTERNACIONAL

FENPROF participa no 14.º Congresso da UIL SCUOLA

MANUELA MENDONÇA

34. INTERNACIONAL

ISTP18: Cimeira Internacional sobre a Profissão Docente

34. DIVULGAÇÃO

Livro: "Fisgadas pela inclusão", de Manuel Miranda

↑ sobe

19 de maio de 2018

A luta dos professores subiu de tom. O Governo tarda em cumprir compromissos que assumiu no início do ano letivo e, como se não bastasse, acumulou erros e confusões no processo dos concursos, que ainda decorre, e da progressão aos 5.º e 7.º escalões. Entretanto, os professores assistem, preocupados, à convergência entre PS e PSD para avançar com a municipalização, o que, por si só, já seria um problema, mas que se agrava com o atual modelo de gestão, deixando as escolas desprotegidas e à mercê dos municípios. Os professores decidiram ser tempo de dizer "Basta!" e disseram-no, bem alto, na rua. •

↓ desce

Ministro da Educação

Ainda no início do ano letivo, Tiago Brandão Rodrigues afirmou que iria lutar radicalmente pelos professores. Ora, não é isso que se espera do Ministro, apenas que seja Ministro da Educação, com peso político no Governo, com conhecimento dos problemas e com soluções para os mesmos. O atual Ministro não o tem sido, de facto. Foi desaparecendo à medida que os problemas se foram acumulando e agravando e foram precisos quase três trimestres para que se realizasse nova reunião com as organizações sindicais que, segundo o próprio, seriam trimestrais. Como vale mais tarde do que nunca, espera-se que, finalmente, haja Ministro. Veremos... •



editorial

MÁRIO NOGUEIRA (Secretário-Geral da FENPROF)

A alegria do (re)encontro, o arrepio solidário, a força da luta!

Para quem achava que os professores nunca mais voltariam à rua em elevado número para protestar e exigir respeito e justiça, o dia 19 de maio foi para esquecer. Para quem afirmou que os professores já não queriam saber dos seus Sindicatos, em particular da sua maior e mais representativa organização sindical, a FENPROF, o dia 19 de maio foi uma tristeza. Para os que perderam a alegria de lutar e reduzem o protesto, contra tudo e contra todos, às cento e poucas teclas do seu computador, o dia 19 de maio foi uma frustração. Para governantes que se escondem quando os problemas apertam, que não falam verdade quando esta se revela incómoda e que não percebem que os professores não aligeiram o seu papel na escola quando, determinados, reclamam na rua, o dia 19 de maio foi uma decepção.

Para os professores e educadores, o dia 19 de maio de 2018 foi inesquecível e pelas melhores razões: voltaram a sentir a alegria do encontro, o arrepio da solidariedade e a força de quem luta!

Com esta grande Manifestação, os professores deram mais força aos seus Sindicatos para a difícil negociação com o Governo, que prossegue; disseram aos grupos parlamentares e aos deputados de todos os partidos que esperam deles um inequívoco posicionamento a seu lado, coerente com a defesa da profissão docente e da educação, que proclamam; ao governo, reafirmaram não tolerar mais manobras dilatórias, como as que têm adiado o cumprimento de compromissos assumidos.

Também o Ministro da Educação e a sua equipa deverão retirar ilações desta grande afirmação de dignidade dos professores, que

marcharam Avenida abaixo exigindo respeito e justiça. Os professores não esperam que o Ministro lute radicalmente por si, apenas precisam que seja Ministro para a Educação e, como tal, entenda que terá de ser ele o primeiro a pugnar pela sua valorização, estabilidade e dignificação. E que, nesse sentido, não bastam palavras de reconhecimento, são precisos atos, são necessárias medidas concretas que correspondam a soluções para os problemas.

Os professores não exigem nada de especial, apenas o que é justo e devido: a contagem integral do **tempo de serviço** que trabalharam; a **aposentação** como resposta para uma profissão que todos reconhecem envelhecida; **horários de trabalho** que respeitem a lei; **concursos** transparentes e justos; **estabilidade** de emprego, profissional e pessoal; **gestão democrática** para as escolas; respeito pela sua autonomia profissional e pela **autonomia** das escolas, que se fragilizará ainda mais se estas passarem a ser coutadas dos municípios.

O Ministro, os Ministérios (Educação e Finanças) e o Governo terão de compreender que não podem continuar a arrastar problemas e que a Educação terá de ser mesmo uma área de investimento, também nos seus recursos humanos. Pretender que o eventual aumento destes se faça à custa do congelamento salarial de quem trabalha, arrastar problemas simulando compromissos ou prever que nos próximos 12 anos as verbas para a Educação saiam da faixa 4 – 6% passando a valer 3,6% do PIB é desinvestir da Educação e dos seus profissionais.

A ser este o rumo, podem os governantes estar certos: a luta dos professores vai continuar e de que maneira... •

“**O Ministro da Educação e a sua equipa deverão retirar ilações desta grande afirmação de dignidade dos professores, que marcharam Avenida abaixo exigindo respeito e justiça.**”



FICHA TÉCNICA: Jornal da FENPROF | Propriedade, Redação e Administração: Federação Nacional dos Professores | Rua Fialho de Almeida, 3 | 1070-128 LISBOA | Tels.: 213819190 - Fax: 213819198 E-mail: fenprof@fenprof.pt | www.fenprof.pt | Diretor: Mário Nogueira | Chefe de Redação: Luís Lobo | luis.lobo@sprc.pt | Conselho de Redação: António Avelãs (SPGL), António Baldaia (SPN), Fernando Vicente (SPRA), Jorge Simão (SPZS), Luís Lobo (SPRC), Manuel Nobre (SPZS), Jackeline Vieira (SPM), Abel Macedo (SPN) | Coordenação técnica e apoio à Redação: José Paulo Oliveira (jornalista) | jppo@sapo.pt | Paginação e Grafismo: Tiago Madeira | Revisão: Inês Carvalho | Fotos: Jorge Caria e Arquivo FENPROF | Impressão: MULTIPONTO, S.A. | Tiragem média: 51.000 ex. | Depósito Legal: 3062/88 | ICS 109940 | NIPC: 501646060 | O "JF" está aberto à colaboração dos professores, mesmo quando não solicitada. A Redação reserva-se, todavia, o direito de sintetizar ou não publicar quaisquer artigos, em função do espaço disponível. Os artigos assinados, bem como a ortografia adotada são da exclusiva responsabilidade dos seus autores. Foto da capa: Manifestação Lisboa, 4 de outubro de 2017



Concursos 2018-2019

ME/Governo lança a confusão e semeia ilegalidades

VÍTOR GODINHO (Membro do SN da FENPROF)

Desde que iniciaram os concursos de professores para o ano 2018-2019, o ME/governo não se cansou de acumular problemas, uma conduta que tem tanto de incompetência técnica como de desorientação política.

Começou por lançar o concurso externo extraordinário ditado pelo artigo 39.º da LOE-2018 sem previamente efetuar a obrigatória negociação, com as organizações sindicais de professores, do número de vagas a nele considerar e das regras que lhe seriam aplicáveis.

Ao invés, decidiu unilateralmente quedar-se pelo número mínimo de vagas para que apontava a LOE-2018 e, pior do que isso, estender-lhe os critérios de admissão e de ordenação de candidatos previstos para o concurso externo ordinário. Com esta sua decisão, fixada através do aviso de abertura do concurso, o ME colocava os docentes contratados no ensino público em pé de igualdade com os oriundos do ensino privado com contrato de associação, violando grosseiramente o referido art.º 39.º da LOE-2018, que destina a entrada nos quadros apenas aos primeiros.

Tendo tomado tardiamente consciência da ilegalidade por si cometida, o ME, numa tentativa de emendar a mão, decidiu reescrever o aviso de abertura... através de simples Nota Informativa! Em suma, temos

um aviso de abertura que viola a LOE-2018 e uma nota informativa que contraria o disposto no aviso de abertura!

Pelo meio deste rocambolesco caso, que ainda não está encerrado, fica ainda na retina o comportamento indigno de um ministro da Educação, quando, consciente de que estava a mentir, afirmou que tudo havia sido negociado com os sindicatos.

Quanto ao concurso interno (e sequente mobilidade interna) que o ME foi obrigado a antecipar com regras, aprovadas pela Assembleia da República, que não desejava – pois pretendia manter a plurianualidade das colocações obtidas em sede de mobilidade interna para quem assim o entendesse –, está a realizar-se sob o signo da incerteza

quanto ao seu desfecho. Isto porque, numa evidente manifestação de mau perder face à aprovação daquelas alterações pela AR, o governo decidiu requerer ao TC a declaração de inconstitucionalidade de uma das normas então aprovadas, que determina a consideração de horários completos e incompletos para efeitos de mobilidade interna, ou seja, precisamente aquela que garante a correção da injustiça cometida pelo Ministério da Educação relativamente às colocações atribuídas a 25 de agosto de 2017.

Ainda não satisfeito com a “obra” realizada, o ME decidiu acrescentar mais um problema, quando, através de um simples Manual de Instruções relativo à validação das candidaturas, orientou as escolas no sentido da não relevância do tempo de serviço prestado nas designadas Áreas de Enriquecimento Curricular para efeitos de ordenação na 2.ª prioridade do concurso externo, arrastando milhares de docentes para a 3.ª prioridade. ●

Comportamento impróprio

Pressionado pela pronta denúncia efetuada pelos professores das AEC, a que a FENPROF deu eco, de mais uma ilegalidade que estava a ser cometida (pois que em violação da Portaria 644-A/2015), e, sobretudo, pela luta desenvolvida, o ME foi obrigado a recuar na sua decisão, reconhecendo o direito destes docentes regressarem à 2.ª prioridade através de reclamação.

Apesar do desfecho positivo deste caso, importa relevar que também aqui o ministro da Educação assumiu um comportamento impróprio do cargo que ocupa, ao ter afirmado aos órgãos de comunicação social que a inclusão na 3.ª prioridade dos professores das AEC não constituía qualquer novidade, o que sabia não ser verdadeiro... ●

A Lei n.º 17/2018 e as implicações no concurso de Mobilidade Interna

JOSÉ MANUEL COSTA (Membro do SN da FENPROF)

A Lei n.º 17/2018, de 19 de abril, que alterou ou revogou os aspetos mais gravosos do Decreto-Lei n.º 15/2018, de 7 de março, constituiu, para a FENPROF, um momento de reposição de alguma verdade e justiça no concurso de mobilidade interna a realizar este ano, na altura certa para tal, ou seja, antes de o referido concurso ter efetivamente lugar, ficando assim para todos claras as regras pelas quais aquele se regerá.

Infelizmente, não foi o que sucedeu em 25 de agosto de 2017, quando se constatou que, surpreendentemente, as listas de colocação do concurso de mobilidade interna então divulgadas rompiam com um critério de colocação que vinha sendo utilizado há mais de uma década, por sucessivas equipas governativas (incluindo a atual, em 2016), sendo então apenas preenchidos horários anuais e completos, apesar de a recolha de necessidades junto das escolas, feita entre os dias 8 e 11 de agosto, expressamente se referir a horários anuais, completos ou incompletos.

Opção catastrófica

Aquela opção do ME revelar-se-ia catastrófica e geradora de profundas injustiças nas colocações, com centenas ou mesmo milhares de professores, devido à significativa redução do número de horários a preencher, a obterem colocação a dezenas ou mesmo centenas de quilómetros das suas residências, constatando-se, apenas dias depois – 6 de setembro, aquando da 1.ª reserva de recrutamento –, que muitos colegas menos graduados, de entre os 2352 não colocados, viriam a obter colocações muito mais favoráveis, em horários já disponíveis a 25 de Agosto, em escolas e agrupamentos aos quais outros colegas mais graduados haviam igualmente sido candidatos, tendo então já sido preenchidos também horários incompletos, no total de 1323.

A contestação, política, institucional e jurídica, dos professores lesados e da FENPROF, foi imediata e persistente, mas a tudo o Governo foi fazendo orelhas moucas, apesar de as preocupações e reivindicações dos professores e da FENPROF nada terem de loucas e de a contestação sempre ter sido acompanhada de propostas concretas para a resolução ou minimização do problema e das injustiças criadas.



Quando, a dada altura, o ME anunciou a decisão de realizar, em 2018, um concurso interno antecipado e o respetivo concurso de mobilidade interna, a ideia de que tal poderia ser uma oportunidade de, mesmo com um ano de atraso, promover alguma justiça, cedo se desvaneceu, já que o ME não pretendia universalizar o concurso de mobilidade interna, dirigindo este apenas a quem não pretendesse manter a plurianualidade da sua colocação, como depois o Decreto-Lei n.º 15/2018, de 7 de março, viria a concretizar.

Com a aprovação pela Assembleia da República da Lei n.º 17/2018, de 19 de abril, designadamente a revogação dos n.ºs 2 a 5 do artigo 5.º e a introdução de um novo n.º 6 no mesmo artigo do Decreto-Lei n.º 15/2018, este a estipular que, “No âmbito do concurso de mobilidade interna são considerados todos os horários completos e incompletos, recolhidos pela DGAE...”, a perspetiva de introdução de justiça no processo prevaleceu.

Contudo, paira ainda uma ameaça sobre esta decisão, já que o Governo apresentou junto do Tribunal Constitucional um pedido de fiscalização da constitucionalidade da norma constante do referido n.º 6 do artigo 5.º, uma atitude que não sucedia desde 1991... ●

No Alvo



Um vazio de ideias...

O Ministro da Educação e a sua equipa estiveram no passado dia 23 de maio na Comissão de Educação e Ciência da Assembleia da República, em Audição destinada a debater os problemas dos trabalhadores das escolas públicas, desde logo os professores e educadores. Foi pouquinho e só não foi uma desilusão, simplesmente, porque não havia qualquer ilusão.

Para além da opção por um discurso generalista, como estratégia para não responder às questões concretas que lhe eram colocadas, e de algumas picardias políticas, destinadas a inutilizar tempo útil ao debate, o ministro pouco disse sobre os problemas dos professores, referindo-se, vezes sem conta, à importância da negociação com os sindicatos, confirmando ser um democrata não praticante.

Sobre a indispensável recuperação integral do tempo de serviço prestado pelos professores, disse apenas que o ME apresentou uma proposta de aproximação à dos sindicatos, esquecendo que estes não têm qualquer proposta, mas uma exigência: a contagem de todo o tempo cumprido.

Sobre os dois principais fatores de desgaste dos professores, o envelhecimento e os horários de trabalho, passou ao largo. Já sobre os concursos, passou à sua Secretária de Estado que, refugiando-se em aspetos técnico-jurídicos, tentou provar que as confusões criadas pelo Ministério da Educação, afinal, não só estavam corretas, como eram inevitáveis. Já em relação aos docentes que prestam serviço nas AEC, depois de meter os pés pelas mãos, lá acabou a confirmar que todos iriam ser integrados na 2.ª prioridade do concurso externo, não se percebendo por que foram daí retirados.

No fecho desta edição, já muito próximo do dia 4 de junho, data marcada para as reuniões com as organizações sindicais, podemos garantir: se for aquilo que o Ministro da Educação, em representação do Governo, tem para dizer aos professores, então, pode crer, vai ter os professores à perna. É que não se admite, é mesmo intolerável este desrespeito pelos professores traduzido em ausência de medidas que sejam soluções para os seus problemas. ●



Horários e Distribuição de Serviço

Proposta da FENPROF entregue ao ME

É hoje consensual entre os docentes que um dos fatores que mais tem contribuído para o seu desgaste físico e psíquico é o agravamento das condições de trabalho, nomeadamente no que respeita aos horários de trabalho, ao elevado número de alunos por turma, ao elevado número de turmas e níveis por professor, particularmente no caso de disciplinas com uma carga horária mínima (1 ou 2 horas letivas por semana), à falta de apoios adequados face às necessidades específicas dos alunos e, sobretudo, ao permanente conflito entre o que é considerado atividade letiva e atividade não letiva.

A burocracia imposta aos docentes pelo ministério e pelos órgãos de direção e gestão pedagógica das escolas/agrupamentos, ocupando-os com inúmeras reuniões e tarefas burocráticas que em nenhuma circunstância lhes deviam estar atribuídas, de duvidosa utilidade educativa, pedagógica e administrativa, quantas vezes para satisfazer “exigências” decorrentes de processos de avaliação externa das escolas/agrupamentos ou para preenchimento de plataformas informáticas impostas pela tutela, retira aos docentes tempo e disponibilidade para as atividades de investigação e estudo essenciais

ao desempenho eficaz da sua verdadeira função – a docência.

A utilização abusiva da componente não letiva de estabelecimento origina a inclusão nos horários dos docentes, incluindo dos que usufruem de redução da componente letiva por idade e tempo de serviço, de um conjunto de atividades diretas com os alunos (apoios a grupos de alunos de dimensões variáveis, atividades de enriquecimento curricular, coadjuvações, atividades de ocupação e apoio aos alunos quando em situação de indisciplina, tutorias, ocupação de alunos quando há docentes em falta e apoio ao estudo). Não raras vezes, os docentes, quando chega o momento de lecionarem as

suas turmas, estão cansados, por já terem cumprido duas ou mais horas em diversas atividades diretas com os alunos que não são menos exigentes e/ou desgastantes do que a titularidade de turma, tendo em conta que muitas daquelas atividades também precisam de ser preparadas.

Especificamente em relação à substituição dos professores em falta, não raras vezes esta é assegurada, irregularmente, por docentes da educação especial e pelos destinados à prestação de apoios educativos – desviando-os das funções para que foram recrutados – ou, no 1.º CEB e na educação pré-escolar, através da distribuição dos alunos pelas diferentes turmas, pondo em causa o processo de ensino-aprendizagem de todos, ou recorrendo aos professores que usufruem de redução ou dispensa da componente letiva ao abrigo do artigo 79º do ECD, o que é ilegal.

Além das atividades desenvolvidas dentro do estabelecimento de ensino, os docentes têm de preparar as aulas ou atividades, atualizar conhecimentos, produzir materiais de apoio e de avaliação e corrigir as fichas e os testes realizados pelos alunos. Estas atividades, de grande relevância para o desempenho do professor, são sistematicamente realizadas ao final do dia, quando os docentes chegam a casa exaustos pelo dia de trabalho que tiveram, e ao fim de semana, pois várias atividades que deveriam integrar-se na componente não letiva de

estabelecimento ocupam horas destinadas ao trabalho individual retirando-lhes o justo direito ao acompanhamento da família e à fruição de tempos livres.

Face à situação anteriormente descrita de forma sintética, a FENPROF apresenta as seguintes propostas que, dando expressão concreta à Declaração de Compromisso assinada entre o governo e as organizações sindicais em 18 de novembro de 2017, deverão dar início a um processo negocial, com vista à organização do próximo ano letivo:

1. Horários – duração e organização

1.1. O horário dos docentes é de 35 horas semanais, que incluem uma componente letiva e uma componente não letiva, desenvolvendo-se em 5 dias por semana.

1.2. Componente letiva dos docentes:

1.2.1. Educação pré-escolar e 1º ciclo do Ensino Básico – 22 horas semanais (a componente não letiva tem a duração de 13 horas).

1.2.2. 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico e Ensino Secundário bem como na Educação Especial é de 20 horas semanais (a componente não letiva tem a duração de 15 horas).

1.3. A componente não letiva integra o desenvolvimento de trabalho a nível individual, com uma duração mínima de 11 horas, de gestão pessoal do docente, e uma componente de trabalho a nível de estabelecimento de, no máximo, quatro horas, com 2 horas, no máximo, destinadas a reuniões.

1.4. Haverá lugar ao pagamento de horas extraordinárias sempre que sejam atribuídas quaisquer tarefas, incluindo o agendamento de reuniões de natureza pedagógica, que ocorram para além do limite de 35 horas.

1.5. O serviço prestado para além das 19 horas de cada dia é bonificado por um fator 1,5 para efeitos da organização do horário, nas suas componentes letiva e não letiva de estabelecimento.

2. Componente letiva

2.1. Corresponde a todas as atividades diretas com as crianças/alunos na sua componente curricular ou que dela decorrem e/ou constituem reforço desta, incluindo as que se realizem fora da sala de aula. Nesse sentido, integram a componente letiva, para além da lecionação das diferentes disciplinas do currículo ou áreas de conteúdo no caso da Educação Pré-escolar, entre outras, as seguintes atividades:

- i. Apoio ao estudo;
- ii. Apoio pedagógico a alunos;
- iii. Atividades de enriquecimento curricular ou extracurricular que sejam da responsabilidade dos professores e que tenham regularidade semanal. Quando não se verificar essa regularidade, serão integradas na componente não letiva, mas consideradas como serviço docente extraordinário;
- iv. Funções de coadjuvação de outros docentes;

v. Substituição de professores em falta;

vi. Atividades relacionadas com o exercício das funções de professor/a bibliotecário/a.

2.2. A atribuição de cargos de natureza pedagógica determina uma redução da componente letiva em número de horas condicente com as funções a desempenhar. Nesse sentido, a título de exemplo, a Direção de Turma deverá determinar uma redução da componente letiva nunca inferior a 3 horas.

2.3. Quando o serviço prestado for para além da componente letiva a que o docente está obrigado, será considerado serviço docente extraordinário.

2.4. Não é permitida a distribuição aos docentes de mais do que 5 ou 6 tempos letivos consecutivos, consoante a opção do agrupamento sobre a duração de cada tempo letivo, bem como a prestação de serviço, letivo ou não letivo, nos três turnos, no mesmo dia, ou, ainda, a prestação de mais do que 7 horas de trabalho diário.

2.5. Aos docentes dos 2º e 3º ciclos do Ensino Básico e do Ensino Secundário não podem ser distribuídos horários que incluam mais de duas disciplinas/níveis, 3 programas ou 5 turmas por docente.

2.6. Quando, por motivos justificados, não seja possível respeitar os limites, previstos no ponto anterior, o docente tem direito a ser compensado através da redução da componente letiva correspondente a 1 hora por cada disciplina, programa e/ou turma que ultrapasse o assim fixado.

2.7. Nas línguas estrangeiras e disciplinas com componente laboratorial ou oficial, as turmas devem ser desdobradas.

3. Componente não letiva de trabalho individual

O trabalho ao nível individual pode compreender, para além da preparação de aulas e da avaliação do processo ensino-aprendizagem, a elaboração de estudos e de trabalhos de investigação de natureza científico-pedagógica.

4. Componente não letiva de estabelecimento

4.1. Deve abranger:

- Atividades inseridas no trabalho cooperativo e coletivo dos professores ao nível das várias estruturas pedagógicas intermédias e dos órgãos de administração e gestão em que participam;
- Atividades de atendimento aos pais e encarregados de educação na Educação Pré-escolar, 1º CEB e Educação Especial;
- Atividades integradas no Projeto Educativo de escola ou agrupamento, desde que daí não decorra a ocupação sistemática e permanente dos professores em atividades de complemento ou de enriquecimento curricular ou de apoio pedagógico, casos em que deverão ser integradas na componente letiva semanal dos docentes.

4.2. Na Educação Especial, são ainda integradas na componente não letiva de estabelecimento:

- A coordenação de espaços e recursos da escola;
- A articulação com a direção da escola/agrupamento;
- A colaboração com o diretor de turma, o professor titular de turma (1ºCEB) e todos os outros intervenientes do processo educativo do aluno, no âmbito da operacionalização dos Planos de Estudos (PE), na organização dos dossiers individuais, na transformação e adaptação do currículo do Programa Educativo Individual (PEI) decorrentes do respetivo acompanhamento;
- A avaliação das áreas vocacionais no âmbito dos Planos Individuais de Transição (PIT);
- A intervenção no âmbito dos protocolos com parcerias de cooperação dos estabelecimentos de educação e outros serviços locais;
- A avaliação pedagógica especializada decorrente de processos de referenciação de alunos;
- O acompanhamento a consultas de especialidade;
- A participação em reuniões com outros parceiros.

4.3. A frequência de ações de formação continua enquadra-se no âmbito da componente não letiva de estabelecimento, pelo que determina a redução do correspondente número de horas dessa componente do horário.

4.4. O tempo de deslocação em serviço dos docentes entre estabelecimentos de ensino, nomeadamente entre escolas do agrupamento.

5. Redução da componente letiva por antiguidade

5.1. Os docentes em monodocência beneficiam de 3 períodos, de um ano escolar cada, de dispensa da componente letiva, a atribuir após cumprida a prestação de 20, 25 e 30 anos de serviço, respetivamente, a concretizar num dos 5 anos letivos imediatos ao da verificação do requisito do tempo de serviço mencionado. As horas de redução revertem para a componente não letiva de trabalho individual.

5.2. A componente letiva semanal a que os docentes em pluridocência estão obrigados é reduzida, até ao limite de 8 horas, nos termos seguintes:

Redução de 2 horas quando os docentes atingem 45 anos de idade e 15 de serviço;
 Mais 2 horas quando os docentes atingem 50 anos de idade e 20 de serviço;
 Mais 2 horas quando os docentes atingem 55 anos de idade e 25 de serviço;
 Redução de 8 horas quando os docentes atingem 60 anos de idade ou 30 de serviço.

5.3. A redução da componente letiva do horário de trabalho a que o docente tenha

direito, determina o acréscimo correspondente da componente não letiva de trabalho individual.

5.4. A partir dos 60 anos de idade os professores e educadores deverão poder optar pela dispensa total da componente letiva.

6. Outras condições de trabalho

Às propostas que antes se apresentam, não podem deixar de se associar outras que, a par da regularização dos horários de trabalho, contribuirão, de forma relevante, para a melhoria das condições de trabalho dos professores e as condições de aprendizagem dos alunos. Assim:

6.1. Número de alunos por turma

6.1.1. Na Educação Pré-escolar, a relação deve ser de 19 crianças para 1 docente, alterando-se:

- para 15 quando se trate de grupos heterogêneos de 3 anos;
- para 10 crianças quando os grupos incluam crianças com NEE, não podendo incluir mais de 2 crianças nessas condições
- deve ainda ser garantida a colocação de um/a assistente operacional em cada sala de JI.

6.1.2. No 1º Ciclo do Ensino Básico, o número de alunos por turma não deve exceder 19 em turmas com apenas um ano de escolaridade, sendo que, em casos excecionais e devidamente justificados, as turmas

poderão ter dois anos de escolaridade, sendo que as turmas que integrarem alunos com NEE ou mais que um ano de escolaridade não devem ser constituídas por mais de 12 ou 15 alunos, respetivamente.

6.1.3. Nos 2.º e 3.º Ciclos do Ensino Básico e no Ensino Secundário, o número de alunos por turma não deverá ultrapassar os 25, sendo que, no caso de as turmas integrarem alunos com NEE, não deverão ultrapassar os 20 alunos, até ao limite de dois alunos com NEE por turma.

6.1.4. Na Educação Especial, o número de docentes de EE a colocar deve respeitar o rácio de 1 docente por cada 200 alunos do total dos matriculados na escola/agrupamento, adequando esta média/rácio ao tipo, características e diversidade da população. Quando as escolas integram programas específicos de combate à exclusão, ao insucesso e ao abandono escolar este rácio pode ser ultrapassado. No caso de se encontrarem matriculados alunos com NEE de alta intensidade e baixa frequência e/ou alunos com Currículo Específico Individual (CEI), deverá ser reforçado o número de docentes colocados, ajustando-o às necessidades específicas destes alunos.

6.2. A dotação das escolas/agrupamentos de equipas multidisciplinares, salvaguardando a continuidade pedagógica de todos os

profissionais, cujo papel será o de intervir, nomeadamente, na avaliação e acompanhamento dos casos referenciados de alunos com NEE, inserido nas competências do departamento de EE. Estas equipas integrarão, para além dos docentes de EE, psicólogos, assistentes sociais, terapeutas e assistentes operacionais, bem como outros profissionais que venham a revelar-se necessários no processo de inclusão, devendo a atividade de cada um deles ser desenvolvida em contexto de transdisciplinaridade.

6.3. A colocação de assistentes operacionais em número suficiente para garantir o funcionamento regular de todas as estruturas dos estabelecimentos, devendo ter em conta, ainda, o número de crianças e jovens que frequentam os estabelecimentos de educação e ensino, garantindo que cada escola/JI do agrupamento dispõe, no mínimo, de um assistente operacional.

6.4. O devido provimento de condições materiais aos estabelecimentos de ensino.

6.5. A eleição das Comissões de SST nas escolas/agrupamentos, dando cumprimento à legislação em vigor sobre esta matéria. •

Lisboa, 19 de abril de 2018
O Secretariado Nacional

Trabalho burocrático sobrecarrega o horário dos docentes

Aos professores e educadores têm sido impostos horários de trabalho ilegais porque ultrapassam as 35 horas semanais.

Para que o horário de trabalho dos professores respeite a duração estabelecida pela Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas e pelo Estatuto da Carreira Docente é necessário que na sua organização seja garantido que:

- A componente letiva dos docentes compreenda toda a atividade direta com alunos;
- A componente não letiva de estabelecimento integre todas as reuniões que são previsíveis, ainda que de periodicidade reduzida, bem como a formação contínua dos professores, seja a promovida pelo Ministério da Educação ou pelas escolas, e cuja participação dos professores é obrigatória, seja a que é necessária aos docentes para efeitos de carreira;
- A componente individual de trabalho seja da gestão dos professores e se destine, principalmente, a preparar as aulas e a corrigir e avaliar o trabalho dos alunos, devendo reverter para esta componente as horas de redução letiva que resultam da aplicação do artigo 79.º do ECD.

Enquanto não for respeitada esta organização interna do horário dos professores, não será possível respeitar a duração legal consagrada na lei, sendo esta exigência uma das que levou mais de 50.000 professores à rua no passado dia 19 de maio e uma das que a FENPROF levará no próximo dia 4 de junho à reunião com o Ministro da Educação e dois dias depois à reunião sobre a elaboração do despacho de Organização do próximo

Ano Letivo, em que estarão presentes os Secretários de Estado da Educação e Adjunta e da Educação.

Contribuem, ainda, para esta ilegalidade, fixando em mais de 46 horas semanais o horário de trabalho dos docentes, inúmeras atividades e tarefas burocráticas impostas aos docentes, mas que os responsáveis do Ministério da Educação e muitos diretores de escolas e agrupamentos consideram ser responsabilidade dos professores, apesar de, claramente, saírem do âmbito do conteúdo funcional da sua profissão.

Na última reunião realizada com o Secretário de Estado da Educação e a Secretária de Estado Adjunta e da Educação, os governantes pediram que a FENPROF lhes enviasse uma lista de atividades que considera burocráticas, pois, em sua opinião, a maior parte delas não são dessa natureza. Enganam-se os governantes. Na verdade os professores, hoje, estão mergulhados em tarefas burocráticas, que os sufocam, com a agravante de, muita delas, acabarem por ser concretizadas em suas casas, pois as escolas não têm os recursos materiais necessários à sua execução, como sejam computadores em número suficiente e os consumíveis necessários. Estas tarefas acabam por ocupar muitas horas que deveriam ser de componente não letiva de estabelecimento, ou de componente individual de trabalho, o que prejudica a atividade docente e desgasta os professores.

No sentido de esclarecer os responsáveis do Ministério da Educação do conjunto de tarefas burocráticas impostas aos docentes, a FENPROF

enviou, hoje mesmo, uma listagem que é bem esclarecedora. Espera-se que, com este contributo, comecem a estar criadas condições para ir resolvendo um problema gravíssimo que afeta os professores e educadores, o seu desgaste, e para repor a legalidade que, há anos, vem sendo violada.

Para a generalidade dos professores, destacamos as seguintes atividades burocráticas:

- Elaboração de atas e relatórios decorrentes das múltiplas e variadas reuniões para que os docentes são convocados, com a agravante de, ilegalmente, a quase totalidade ocupar horas da sua componente individual de trabalho;
- Preparação de dossiês de turma;
- Burocracia relativa à instrução de processos disciplinares a alunos, a docentes e a não docentes;
- Preenchimento de inquéritos, grelhas e plataformas da responsabilidade da tutela e dos órgãos de direção dos próprios estabelecimentos de ensino;
- Arquivo de documentação variada.

Às atividades antes referidas acrescentam-se, no 1.º Ciclo do Ensino Básico e, em muitos casos, na Educação Pré-Escolar, as seguintes:

- Matrículas dos alunos;
- Listagens de dados sobre alunos/Encarregados de Educação;
- Atualização dos Registos Biográficos dos alunos;
- Atividade de estafeta (atividade semanal para entrega e recolha de documentos oficiais);
- Elaboração de relatórios para médicos, tribunais, CPCJ;

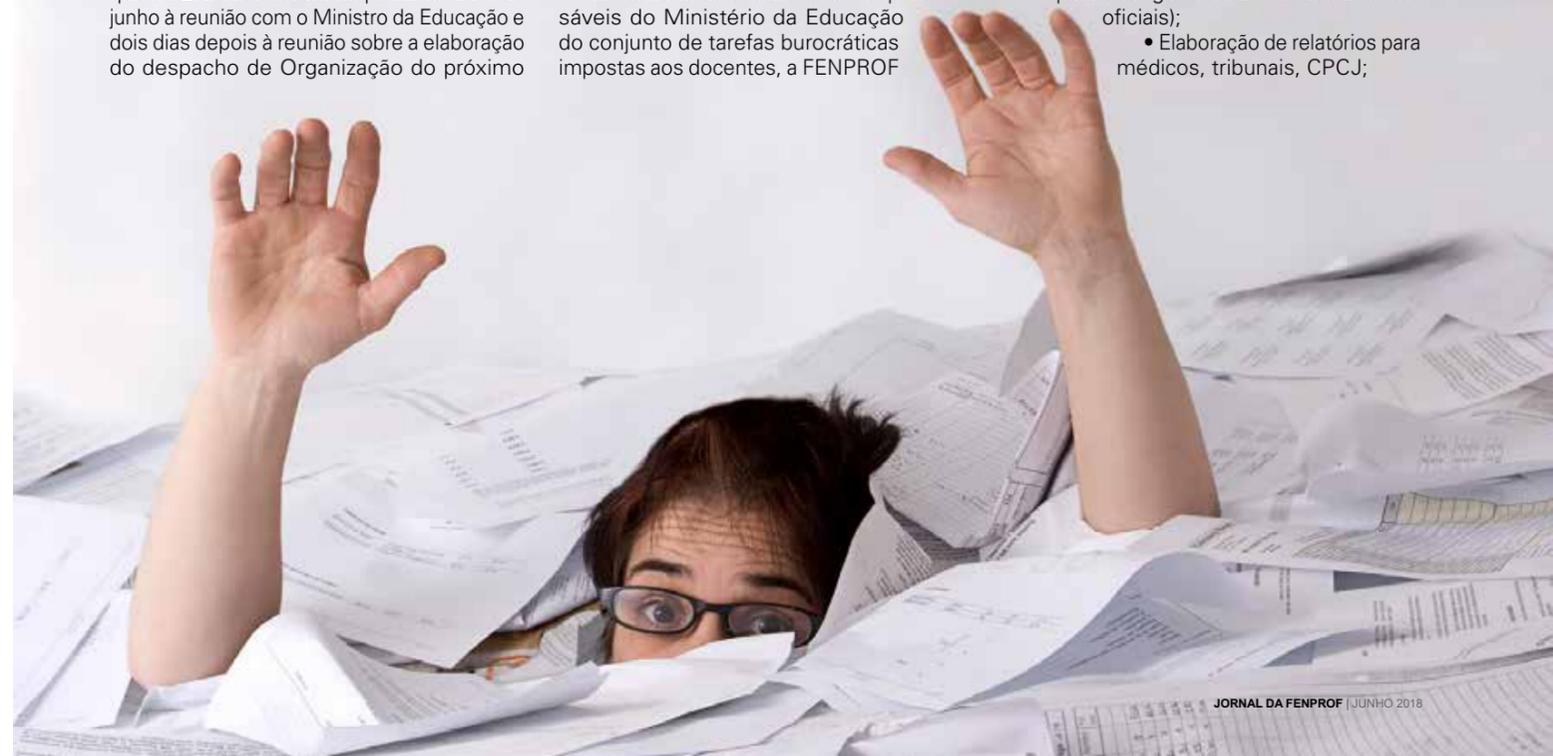


O horário de trabalho dos professores é de 35 e não é 46 horas

Há que respeitar a lei!

“Atualmente, o horário de trabalho dos professores, dentro e fora das suas escolas, é superior a 46 horas. Isto é ilegal. E o Ministério da Educação tem que respeitar a lei. É apenas isso que exigimos. O M.E. não pode deixar passar mais um ano com esta desorganização”. São palavras do Secretário-Geral da FENPROF na ação que decorreu no passado dia 19 de abril, junto às instalações do Ministério da Educação, na Av. Infante Santo em Lisboa (fotos). Objetivo: acompanhar a entrega da proposta da Federação sobre a regulamentação dos horários de trabalho dos professores e também sobre aspetos relacionados com a organização das turmas.

Quem passava por aquela artéria da cidade, peões e automobilistas, e certamente os “inquilinos” do M.E., não ficaram indiferentes à presença dos professores, incluindo dirigentes sindicais de diferentes zonas do país. De relógios em punho e ao som - bem audível... - de “Time”, do álbum “The Dark Side of the Moon”, dos Pink Floyd, os professores deixaram, assim, mais um alerta à equipa de Brandão Rodrigues, para que não mantenha na gaveta um assunto que urge solução rápida, para que a legalidade seja, efetivamente, reposta. Como sublinhou a FENPROF na tribuna da iniciativa, há que garantir, entre outros aspetos, que a componente letiva dos docentes compreenda toda a atividade direta com alunos; e que a componente não letiva de estabelecimento integre todas as reuniões que são previsíveis, ainda que de periodicidade reduzida, bem como a formação contínua dos professores, promovida pelo M.E. ou pelas escolas, e cuja participação dos professores é obrigatória, bem como a que é necessária aos docentes para efeitos de carreira. | JPO •



- Verificação de documentação para subsídios, abonos;
- Controle/distribuição diária de leite, fruta;
- Preenchimento de mapas (leite, fruta, assiduidade) e outros solicitados pela direção (número de alunos por turma, número de professores, horários, participação em projetos);
- Administração de medicamentos /controle do estado de saúde do aluno/ contactos com encarregado de educação;
- Controle/verificação das instalações e contactos com autarquias solicitando reparações;
- Pedido de reparação/substituição de materiais/equipamentos;
- Requisição/verificação de material de desgaste;
- Verificação da limpeza dos espaços;
- Inventário do estabelecimento;
- Participação de ocorrências e preenchimento de boletins de seguro dos alunos acidentados;
- Elaboração de relatórios sobre atividades da Biblioteca Escolar, requisição de livros;
- Recolha e distribuição de manuais escolares;
- Marcação de almoços nas plataformas informáticas;
- Supervisão de almoços;
- Atendimento presencial/telefónico (autarquia, direção, psicólogos, enfermeiros);
- Acompanhamento de atividades protocoladas com a Câmara Municipal, Centro de Saúde, Junta de Freguesia (consultas de

nutrição, consultas de higiene oral, atividades promovidas por psicólogos, enfermeiros e outros técnicos, recolha de autorizações de participação, verificação do acompanhamento);

- No que respeita aos docentes que exercem a sua atividade na Educação Especial, considera-se, ainda, que correspondem a tarefas burocráticas, as seguintes:
- Recurso obrigatório da plataforma INOVARAlunos para colocar planificações;
- Reformulação de documentos utilizados no agrupamento a cada introdução de um novo logo (tarefa que tem sido exigida anualmente);
- Nos períodos de provas e exames, introdução dos dados dos alunos, relativos a necessidades educativas, na plataforma criada pelo Ministério da Educação, o que implica, não apenas introduzir, mas, também, imprimir, assinar, digitalizar, fazer upload e submeter;
- Atualização dos dados dos alunos com necessidades educativas em plataforma do Ministério da Educação, no início e ao longo do ano letivo. Este processo demora duas horas. A componente não letiva de estabelecimento já é largamente excedida, situação que se agrava nos períodos predefinidos;
- Introdução dos dados dos alunos com necessidades educativas especiais e dos técnicos dos CRI que são necessários, para requerer os indispensáveis apoios financeiros e técnicos.

A FENPROF reitera, contudo, a ideia de que o problema da sobrecarga de trabalho, que leva o horário semanal dos professores a ir muito além das 35 horas estabelecidas em lei, não resulta apenas destas atividades, ainda que elas contribuam de forma significativa para tal. Para que o horário de trabalho dos professores respeite a duração estabelecida pela Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas e pelo Estatuto da Carreira Docente é necessário que na sua organização seja garantido que:

- A componente letiva dos docentes compreenda toda a atividade direta com alunos;
 - A componente não letiva de estabelecimento integre todas as reuniões que são previsíveis, ainda que de periodicidade reduzida, bem como a formação contínua dos professores, seja a promovida pelo Ministério da Educação ou pelas escolas, e cuja participação dos professores é obrigatória, seja a que é necessária aos docentes para efeitos de carreira;
 - A componente individual de trabalho seja da gestão dos professores e se destine, principalmente, a preparar as aulas e a corrigir e avaliar o trabalho dos alunos, devendo reverter para esta componente as horas de redução letiva que resultam da aplicação do artigo 79.º do ECD.
- Enquanto não for respeitada esta organização interna do horário dos professores, não será possível respeitar a duração legal consagrada na lei. •

APONTAMENTOS

A luta está fora de moda? Olhe que não...

Na escrita sindical, por vezes surgem daqueles momentos em que nos interrogamos sobre o uso (será excessivo?) de expressões relacionadas com a **luta** e a sua necessidade. Depois, serenamente, olhamos para a situação criada pelos diferentes governos ao universo dos professores e depressa concluímos: na verdade, não há outro caminho. Lá teremos mesmo que recorrer à luta.

Por exemplo, como poderemos pressionar o Governo e o PS, enquanto partido do governo, a resolver o problema da contagem integral do tempo de serviço? Uma recente nota do Secretariado Nacional da FENPROF dava a resposta num rápido apontamento: “Lutando! Não há forma de substituir a

luta por outro tipo de iniciativa. Foi lutando que levámos o Governo a assumir o compromisso; foi com a pressão da luta que o PS acabou por acompanhar os partidos que recomendaram ao Governo a contagem de todo o tempo de serviço congelado; será com a luta que levaremos o Governo a respeitar o que motivou a aprovação do artigo 19.º da Lei do Orçamento do Estado. O enquadramento político existe; a consagração está na Lei. É precisa a nossa luta para que se cumpra!”. Sem agressividade nem violência, tem de ser considerada no quadro da nossa intervenção numa situação de conflito.

Todas as organizações sindicais de professores estão unidas nesta luta. Por isso, não há tempo a perder: “façamos tudo para que também todos os colegas se unam nessa justa exigência: contar o tempo para carreira para todos os que ainda podem usufruir dele; permitir a utilização desse tempo para antecipação da aposentação daqueles que, estando nos escalões de topo, já não poderão recuperar integralmente esse tempo na carreira.” A manifestação nacional de 19 de maio foi um ponto alto dessa luta. Que

continuará agora, se o Governo não alterar a sua posição. Não há outro caminho: a continuação da luta.

Da luta “sairá reforçada a nossa capacidade negocial para recuperarmos o tempo de serviço, mas, igualmente, para conseguirmos um regime específico de aposentação, horários adequados e dentro da lei e a eliminação da precariedade”, entre outras matérias.

Confirma-se mesmo: **a luta não está fora de moda!** | JPO •



Contra a precariedade, indubitavelmente, lutar!

JOÃO LOUCEIRO (Membro do SN da FENPROF)

Nos últimos tempos, foram vários os momentos em que a participação na luta, nuns casos mais expressiva, noutros não tanto como o desejável, trouxe professores e educadores contratados para a rua.

Num combate em que têm de ser os primeiros implicados, mas que é de importância estratégica para toda a profissão, é o caminho que temos de fazer: tornar visíveis as exigências e a luta dos – e pelos! – colegas que continuam a ser castigados com a precariedade laboral. Indubitavelmente, precisamos de lutar...

Decorrem os concursos externo e externo extraordinário. Através deles, os docentes contratados pelo ME deviam ver regularizado o seu vínculo: quem tem sido contratado para satisfazer necessidades permanentes das escolas ou do sistema havia de ocupar vagas de quadro, alcançando o vínculo efetivo.

O concurso extraordinário está marcado por inaceitáveis vicissitudes que confirmam a insuficiente disponibilidade do Governo e dos responsáveis do ME para resolverem de vez – é isto e não menos do que isto que se exige – os abusos no recurso à precariedade e a pouca empatia que, de permeio, revelam com os professores que enfrentam situações de prolongada instabilidade.

O ME definiu sem negociação – unilateralmente, portanto – o número de vagas e as regras do concurso extraordinário. Sendo um comportamento político só por si condenável, tem implicações ainda mais graves porque as alterações introduzidas na norma-travão não chegam a torná-la eficaz para impedir o recurso abusivo à contratação a termo.

Os abusos vão continuar por opção política do governo.

O ministro, em audiência na Assembleia da República, repetiu-se e repetiu a vinculação de 7000 docentes, entre os anteriores e os atuais concursos. O número pode parecer impressionante, mas o que temos de avaliar é se garante que o sistema fica em ordem, que os vínculos precários ficam devidamente regularizados e, portanto, que o governo concretizou o “combate decidido à precariedade” que prometeu, neste caso quanto aos professores e educadores. Não será assim: concluídos os concursos externos, continuarão condenados à precariedade muitos docentes que satisfazem necessidades permanentes, o que voltará a ser evidenciado pelo muito tempo de serviço e continuada ligação contratual ao ME de milhares de colegas que não vão lograr ocupar uma vaga de quadro.

Não é demais repetir: a insuficiência e a inépcia da ação do governo para sanar o problema da precariedade entre os docentes, com especial responsabilidade do ME, são consequências concretas de opções políticas identificáveis. É preciso combater estas opções. Cabe aos principais visados perceber a importância da organização e da persistência para tão exigente ação: há que criar e aproveitar as oportunidades de luta, como tem vindo a ser feito por alguns mas tem de ser feito por muitos mais. Seja na próxima Manifestação Nacional convocada pela CGTP-IN para dia 9 de junho, seja em próximos momentos da luta que os docentes irão prosseguir também por causa da precariedade laboral na profissão!

Sirvamo-nos de uma das novas muletas discursivas com que o ministro da Educação foi tentando apagar, na audiência na Comissão Parlamentar de Educação, a confrangedora ausência de respostas para os problemas dos professores: **Indubitavelmente, temos que lutar!** •



Participação de professores na Manifestação Nacional dos Jovens Trabalhadores (28.03.2018)



25 de Abril dos Contratados – Docentes ofereceram cravos e mensagens aos deputados no Parlamento da Madeira (25.04.2018)



Participação de docentes contratados (emoji “Precário, NÃO!”) na grande Manifestação Nacional de Professores (19.05.2018).





A 19 de maio a compreensão deu lugar à indignação e, numa manifestação com cerca de 800 professores e educadores, foi aprovada uma resolução que deixou bem patente a determinação de dizer *basta!* a todas as tentativas da tutela em manter os professores calados, à espera de promessas sem qualquer certeza de concretização.

Professores da R.A. Madeira

Ainda há tempo para a indignação

São muitos os estratagemas que têm sido, ao longo dos tempos, usados pelos regimes dependentes de ideologias ditatoriais para calar o povo, mas a opressão e a consequente miséria humana têm sido de todos os mais eficazes, pois, quando a prioridade passa a ser a sobrevivência, é difícil conseguir forças para lutar pelos outros direitos fundamentais a uma vida digna. Desta forma, nada mais eficaz que organizar o mundo do trabalho de forma que o mesmo passe a ser considerado um privilégio e não direito e, conseqüentemente, a sua justa retribuição e valorização algo de menor ou nenhuma importância.

Assim, perante uma vida profissional que pesa sobre os ombros, a que se somam os baixos salários e uma luta diária pela sobrevivência é fácil calar um povo, para gáudio de uma classe governativa que que tem nestas estratégias o seu maior trunfo.

Ora, nos nossos dias essa estratégia tem vindo a alastrar-se aos regimes ditos democráticos, eles próprios reféns de ditaduras economicistas que ameaçam destruir todo o tipo de dignidade humana que levou séculos a alcançar, realidade a que não escapa este pequeno país “à beira mar plantado” que se chama Portugal e que se alastra à Região Autónoma da Madeira, onde os direitos dos trabalhadores, a par do restante território nacional têm sido sucessivamente coartados e as suas vidas, suspensas, à espera

de uma dignificação que tarda em chegar. Por tudo isto é urgente encontrar tempo o exercício de uma cidadania ativa, na qual os professores e educadores desempenham um papel fundamental, não só no exercício da sua profissão, mas sobretudo com o seu exemplo, intervindo socialmente, com vista à reparação das feridas que uma sociedade baseada no capitalismo desenfreado tem vindo a deixar na sociedade e que todos os dias chegam às escolas.

Assim acontece na Região Autónoma da Madeira, onde o traço que sobressai nas escolas é o grande profissionalismo dos seus docentes em oposição a uma desvalorização dos mesmos, por parte da tutela.

Têm sido muitas as promessas feitas a estes profissionais: promessas de recuperação do tempo de serviço, de uma carreira, de uma vinculação justa, de estabilidade profissional, da valorização do trabalho, de uma aposentação digna, entre outras. Mas a concretização destas medidas, tarda em chegar e a única que chega, vem em forma de um diploma de concursos que penaliza ainda mais todos os docentes, que tanto têm dado à educação nesta região.

Assim, após esperarem, pacientemente, durante cinco meses, a 19 de maio a compreensão deu lugar à indignação e, numa manifestação com cerca de 800 professores e educadores, foi aprovada uma resolução que deixou bem patente a determinação de dizer *basta!* a todas as tentativas da tutela

em manter os professores calados, à espera de promessas sem qualquer certeza de concretização. Exige-se que essas promessas deem lugar a uma **efetiva e credível negociação**. A esta decisão foi acrescentada, em Assembleia Geral de sócios, realizada a 25 de maio a decisão de uma greve por tempo indeterminado às avaliações. Agora, cabe à Secretaria Regional de Educação decidir.

Afinal, mau grado todas as tentativas para nos silenciar, ainda há tempo para a indignação. | Sindicato dos Professores da Madeira •

Eleições no Sindicato dos Professores da Madeira

No passado dia 17 de maio, o SPM elegeu os órgãos dirigentes para os próximos 3 anos. A única lista que se apresentou a eleições é liderada por Francisco Oliveira e tem como Presidentes da Assembleia Geral e do Conselho Fiscal, respetivamente, André Escórcio e Cristina Trindade. Esta lista obteve a percentagem de 97% votos a favor em cerca de 1500 votantes. A tomada de posse terá lugar no dia 4 de junho, às 18h30, com a presença do Secretário-Geral da FENPROF, Mário Nogueira. •

Ensino Particular

FENPROF reuniu com ACT

A FENPROF reuniu no passado dia 8 de maio com responsáveis da Autoridade para as Condições de Trabalho (ACT). Esta reunião, realizada a pedido da Federação, destinou-se a apresentar um conjunto de situações em que entidades patronais de colégios privados agem em desrespeito pelas leis do trabalho, violando normas elementares da relação laboral, ou desenvolvem práticas que indiciam assédio e/ou atos persecutórios de professores, alguns deles delegados ou dirigentes sindicais.

Foram identificadas situações ocorridas em estabelecimentos como o Colégio dos Carvalhos, o Colégio de Gaia, o ArtEduca (V. N. Famalicão), o Conservatório de Música de Sintra ou a Academia de Música de Lagos.

A delegação sindical entregou aos responsáveis da ACT documentos que ilustram os casos apresentados.

Para a FENPROF é indispensável que as situações em causa sejam regularizadas, que a relação laboral obedeça às normas legalmente estabelecidas, que os professores sejam respeitados e que a ACT cumpra em pleno a sua missão. •



Lutar vale sempre a pena!

Professores das AEC voltam à 2.ª prioridade do concurso

Às direções das escolas e agrupamentos chegou, recentemente, a seguinte informação da DGAE:

“Os candidatos que reúnam os requisitos previstos no artigo 10.º, n.º 3, b) do Decreto-Lei 132/2012, e que apresentem declaração comprovativa de que prestaram serviço nas AEC em AE/ENA do Ministério da Educação, em conformidade com o disposto no artigo 26.º da Portaria 644-A/2015, podem ser posicionados na 2.ª prioridade em sede de reclamação”.

Esta é a posição que as organizações sindicais de professores defendem e que, na manifestação do passado dia 19, reafirmaram. Com esta informação não ficam solucionados todos os problemas das AEC, mas o mais imediato tem, agora, a única resposta legalmente possível. Aos professores que prestam funções nas AEC cabe apresentar a necessária reclamação no período destinado a esse efeito, logo que sejam divulgadas as listas provisórias do concurso externo.

Este é mais um bom exemplo de que vale a pena lutar. Uma luta que, lembram as organizações sindicais, tem, ainda, objetivos, como sejam a contagem integral do tempo de serviço dos professores, a aposentação, os horários de trabalho, entre outros.

Na reunião realizada entre as organizações sindicais de professores e educadores, houve consenso quanto à importância da grande Manifestação do passado dia 19 de maio. Caso o Governo teime em não resolver os problemas que continuam a afetar os professores, a ação continuará nas suas diversas formas. | As organizações sindicais de professores e educadores •

PAÍS REAL

10% dos mais ricos detêm 53% do total da riqueza nacional

A situação social continua marcada por graves problemas e profundas injustiças, designadamente, na distribuição do rendimento nacional entre o trabalho e o capital.

Prossegue-se uma política orientada para a contenção salarial e os baixos salários, em que 10% dos mais ricos detêm 53% do total da riqueza nacional. Os salários são mesmo muito baixos e o governo dá o pior exemplo ao não atualizar os salários dos trabalhadores da Administração Pública, acabando por apontar o caminho ao patronato sobre o que fazer nesta matéria.

O problema do desemprego está longe de ser ultrapassado, num contexto em que o aparelho produtivo e o investimento público estão aquém do necessário para o desenvolvimento do país. Mantém-se um número bastante elevado de desempregados, dos quais cerca de 60% não tem acesso ao subsídio de desemprego. •

Da resolução aprovada por milhares de portugueses nas recentes jornadas do 1º de Maio, promovidas em 40 localidades do país pela CGTP-IN

500 mil trabalhadores empobrecem a trabalhar

Os dados divulgados pelo INE sobre o Inquérito às Condições de Vida e de Rendimento, com base no qual é calculada a taxa de pobreza, refletem desde logo que cerca de 500 mil trabalhadores empobrecem a trabalhar.

A pobreza laboral ultrapassa os 497 mil e, apesar da descida percentual, aumentou o número de trabalhadores que empobrece a trabalhar face ao ano anterior, sendo que o aumento em relação a 2013 é superior a 23 mil. Esta evolução negativa, que se reflete tanto nos homens como nas mulheres, não pode ser dissociada das condições de trabalho em que impera a precariedade dos vínculos e os baixos salários.

O rendimento médio disponível das famílias, avaliado a preços de 2016 foi ainda inferior ao verificado em 2004, o que mostra o impacto das medidas de empobrecimento da população e exploração dos trabalhadores situação agravada com a política de direita, a circulação do Euro e o Memorando da troika. •

Nota de imprensa da CGTP-IN, 11/05/2018



O Canto do Cisne Autonomia e Flexibilidade Curricular!

BRÍGIDA BATISTA (Membro do SN da FENPROF)

A narrativa sobre a Autonomia e a Flexibilidade Curricular, parece alicerçada na famosa história da Carochinha em que os diretores, tal como o João Ratão, foram convidados a casar com o projeto que levou à adesão dita voluntária de 235 escolas, caminha a passos largos para a destruição de qualquer resquício de autonomia que ainda possa existir nas escolas.

“Quem quer casar com a Carochinha?”

– perguntaram aos diretores e, na festa de noivado, o casamento já estava praticamente consumado pois, contrariamente ao que acontecia na história, e em qualquer casamento, em que o “SIM” é assumidamente expresso, aqui quem não dissesse expressamente que “NÃO!” considerar-se-ia casado. Uns aceitaram o pedido, outros houve que, quer pelos seus afazeres ou por alguma distração plataformiana, quando deram por isso estavam em plenas núpcias.

O casamento, feito à pressa, conduziu a um esquecimento provavelmente inten-

cional da questão fundamental, sem a qual nenhum casamento se pode concretizar: “Se alguém tem alguma coisa a dizer, fale agora ou cale-se para sempre”.

Calaram os professores, porque ninguém os quis ouvir, calaram as escolas, porque não sabem o que significa e desconhecem o seu conteúdo funcional. Sim, porque as escolas não são os seus diretores e, contrariamente ao que é sistematicamente afirmado por alguns, a maioria das vezes, nem as representam. Dizem os mesmos que é necessário mudar o paradigma educativo, que a “a sala de aula não pode ser um silenciador” e não poderíamos estar mais de acordo, até porque.

meus caros teóricos, desde há muitos anos a esta parte, precisamente 44 anos, que o deixaram de ser.

Os professores não são déspotas cegos e surdos ou meros verborreicos que silenciam os seus alunos no processo de desenvolvimento das suas competências, sejam estas quais forem e, sobretudo, esforçam-se e potenciam a sua capacidade crítica e reflexiva.

É falso, meus caros teóricos, que os professores não deixam os seus alunos manifestar as suas opiniões. Quão desfasados estão, meus caros teóricos! Atualizem-se, por favor! Não finjam conhecer a realidade das escolas porque as visitam em comitivas previamente definidas. Não falem em salas do futuro quando, estas sim, são do passado.

Não finjam...

Começam a cansar-nos e, nós já o estamos suficientemente, fruto da vossa surdez aos que verdadeiramente conhecem a realidade das escolas.

Não finjam que avaliam a implementação de novas medidas, metodologias, práticas ou o que lhes queiram chamar, entre as quais esta suposta autonomia e flexibilidade curricular, sem que na realidade o façam. Desconhece-se, em absoluto, a avaliação da implementação do Projeto de Autonomia e Flexibilidade Curricular que supostamente avançou em regime experimental. Pergunta-

“

Calaram os professores, porque ninguém os quis ouvir, calaram as escolas, porque não sabem o que significa e desconhecem o seu conteúdo funcional.

-se: quem o avaliou, quem foi auscultado sobre esta matéria? Os professores foram ouvidos?

Muitas são as questões que se levantam (e quem questiona é porque quer conhecer!). Começemos por quatro ou cinco:

- Como é que o aumento do número de disciplinas constitui uma mais-valia para a implementação desta idílica flexibilidade?

- Como é que se pode efetivar a autonomia e a flexibilidade do currículo sem que as escolas possuam os recursos e meios necessários para o fazer? Vão ser-lhes, ou não, concedidos? Se sim, quais são as entidades que vão disponibilizar estes meios, a Tutela ou as Câmaras Municipais?

- Como podem as escolas almejar, e passo a citar o CNE, qualquer reforço de autonomia curricular sem o concomitante reforço de autonomia administrativa e de gestão dos recursos humanos, materiais e financeiros?

- Em que medida é que a revisão curricular (revisão do Decreto-Lei n.º 139/2012 de 5 de julho) abre porta para que as escolas ganhem autonomia?

- O articulado subjacente a esta revisão legislativa em que é que contribui para a autonomia das escolas? Diminui, ou pelo contrário, aumenta a carga burocrática que conduz à tal autonomia decretada e contrária a uma verdadeira autonomia?

Sim, o canto do cisne ecoa cada vez mais nos ouvidos dos professores e nas escolas. Sim, o canto do cisne ecoa à medida que a tentativa frustrada de implementação se vai deformando ainda mais com a sucessiva legislação, cada vez mais sem pés nem cabeça, que tem vindo a procurar enformar a dita autonomia e flexibilidade curricular.

Para terminar, respondemos a algumas questões que povoam algumas cabeças quanto à nossa posição face a esta matéria, a saber:

- Se consideramos que a autonomia e flexibilidade curricular são na sua essência boas para as escolas e para a educação? Sem qualquer sombra de dúvida que a resposta será afirmativa.

- Se a forma como a procuram implementar, sem olhar para os recursos e condições de trabalho, entre outros aspetos, terá repercussões positivas? A resposta é certamente NÃO!

O Canto do Cisne ecoa! •



Todos à rua em 9 de junho!

Anunciada na jornada do 1º de Maio, decorrerá em Lisboa, no próximo dia 9 de junho, uma “grande manifestação nacional”, que “expressará as reivindicações dos trabalhadores e do povo, a rutura com a política de direita e a exigência de uma política de esquerda e soberana que abra as portas a melhores condições de vida e de trabalho e a um Portugal com futuro.”

Na resolução aprovada no Dia Mundial do Trabalhador (na foto: pormenor do desfile para a Alameda, em Lisboa), a CGTP-IN realçou a luta contra a desregulação dos horários; pelo combate efetivo a todas as formas de precariedade, aplicando a regra de a um posto de trabalho permanente ter de corresponder um contrato de trabalho efetivo; pela reposição do vínculo por nomeação na Administração Pública; pelo reforço e melhoria do acesso aos serviços públicos e a garantia da universalidade na saúde, no ensino, na segurança social, na justiça e na cultura, entre outros objetivos.

Lutar pelos direitos, valorizar todos os trabalhadores

É preciso aumentar os salários, pensões de reforma e os apoios sociais e revogar as normas gravosas da legislação laboral. São os trabalhadores que produzem a riqueza, têm direito a uma vida digna!

O alerta é dado pela CGTP-IN no trabalho de mobilização e preparação da manifestação nacional do próximo dia 9 de junho (15h00), que arrancará do Campo Pequeno, rumo ao Marquês de Pombal, em Lisboa.

“O mundo do trabalho continua marcado por graves problemas e profundas injustiças, prosseguindo-se uma política de baixos salários, de enorme precariedade laboral, de horários desregulados, desrespeito pelo direito de contratação coletiva, em que a caducidade assume papel decisivo. Continua a violação dos direitos e discriminações de todo o tipo”, destaca ainda a CGTP-IN.

Os professores estarão presentes na grande jornada nacional de 9 de junho! •



impressões

ANABELA DELGADO (Membro do SN da FENPROF)



Nos horários dos docentes: letivo ou não letivo consoante as conveniências do momento?

Os responsáveis pelo Ministério da Educação reconhecem que o corpo docente está envelhecido e desgastado. Contudo, tardam em reconhecer que um dos principais fatores de cansaço e desgaste do corpo docente se deve aos horários de trabalho que os vêm penalizando ao longo dos anos, desde que Lurdes Rodrigues entendeu subverter a leitura das normas legais sobre horários que, no essencial, pouco mudaram desde o 1º Estatuto de Carreira Docente. O segredo foi descaracterizar o conceito de atividade letiva no sentido de criar dualidade de critérios para considerar uma ou outra atividade, para além das aulas definidas em termos curriculares, em atividades letivas ou não letivas consoante as conveniências do momento.

Crato completou a obra com a medição do horário de trabalho ao minuto... Não alterando o ECD, os horários letivos de 22 horas passaram a ser de 1100 minutos e os de 25 horas passaram a ser 1500 minutos, além de ter "inventado" uma fórmula para cálculo do crédito horário atribuído às escolas e agrupamentos suficientemente

"complexo" para dificultar comparações e reclamações.

A lógica manteve-se – tudo o que não conseguir ser feito com o crédito horário atribuído às escolas, é feito pelos docentes na componente não letiva de estabelecimento.

O atual governo, reconhecendo alguns dos problemas, introduziu algumas alterações positivas ao despacho relativo à organização do ano letivo mas resiste em chegar à raiz do problema: a clarificação do que são atividades letivas para além das aulas e a delimitação das atividades da componente não letiva de estabelecimento àquelas que o ECD prevê.

A agravar este problema, os professores são ainda massacrados com regulamentos e orientações absurdas emanados de várias entidades, nomeadamente o IAVE, sobre a aplicação das provas de aferição; sobre os exames, destacando que nos exames das disciplinas de língua, os professores passaram este ano, a ser obrigados a deslocar-se a outras escolas para realizar as orais, pois, pasme-se, não podem fazê-las aos alunos da sua própria escola!

Os professores questionam-se diariamen-

te sobre o que pretende fazer o governo para resolver o problema do desgaste provocado por vários fatores que agravam as condições de exercício da profissão, onde a questão dos horários assume papel central. Surgem cada vez mais sinais de impaciência!

O governo não avança com a clarificação do que são atividades letivas e atividades não letivas de estabelecimento para que todos sejam capazes de verificar se o respetivo horário está conforme a lei ou não; não respeita o sentido da redução das horas letivas dos horários em função da idade e tempo de serviço que nunca deveria ser usada para mais trabalho direto com os alunos; nem abre espaço para uma discussão séria sobre a negociação de um regime especial de aposentação para os docentes.

O que pretende afinal o Ministério da Educação? Que o número de docentes com baixa médica continue a aumentar? Quando começa a haver dificuldades na sua substituição, fruto das políticas penalizadoras seguidas nos últimos anos que afastaram os mais novos da profissão? Que motivação sentem os professores?! •



duas palavras

JACKELINE ORFÃO VIEIRA (jackelinespm1978@gmail.com)

O dia depois do aniversário do senhor ministro Tiago Brandão

É dia 4 de junho, o Sr. Ministro completou ontem o seu 41.º aniversário. Temos um ministro que é um investigador de renome, porque completou parte da sua carreira profissional fora de Portugal, se assim não fosse, hoje seria mais um de nós! E sem dúvida estaria nesta luta.

Se tivesse optado por ficar no país que o viu nascer, hoje aos 41 anos estaria no 1.º escalão, se fosse professor, ou se fosse investigador, numa Universidade Portuguesa, não estaria muito melhor.

Portugal deve estar a viver um dos maiores dramas da história, o envelhecimento da população. Temos professores com 40 anos e mais de serviço que não se podem aposentar e jovens de 30 e poucos anos

que não têm a estabilidade profissional merecida. São os eternos contratados. Para onde caminhamos Sr. Ministro?

Estes meus colegas, com mais de 60 anos, quando nasceu, já davam aulas, e continuam a manter o brio intrínseco da profissão docente ao dar sempre o seu melhor. No entanto, estão cansados e precisam de dar o lugar às novas gerações. Não podemos adiar mais, e os nossos alunos não merecem professores AVÓS e BISAVÓS.

O nosso país, que sempre foi pioneiro nas descobertas, que tem das Universidades mais antigas da Europa, começa a ficar estéril porque todos os que querem "vingar" devem abandonar o país. Pergunto Sr. Ministro, quem descontinuará para mim?

Sei que decide pensando em números e são esses números que o devem fazer pensar. Verá melhor se, no seu registo na wikipedia, será marcado pelo investigador promissor que passou a Ministro da Educação e não soube defender a sua "dama". Nós somos a sua "dama"! Nós, não somos o inimigo.

Hoje quero a sua prenda de aniversário Sr. Ministro, sejam os nossos 9 anos, 4 meses e 2 dias, a aposentação e, ainda, a vinculação merecida dos meus colegas.

O Sr. Ministro hoje é responsável por esta pasta e, por isso, é imperativo repor esta justiça, pois o que é prometido é devido.

Parabéns pelo seu aniversário, precisamente um dia antes da reunião que agendou com a FENPROF! •

CARTOON

Henrique Monteiro





“Basta de desvalorização. Exigimos respeito”

Mais do que uma inscrição no pano de abertura do grande e colorido desfile que voltou a transformar a Avenida da Liberdade num oceano de protesto, aquele foi o grito que 50.000 educadores e professores fizeram ouvir no passado dia 19 de maio, em Lisboa, numa manifestação nacional apoiada por todas as organizações sindicais.

“Em 2008 fizemos a Marcha da Indignação; hoje, em 2018, a nossa Marcha é pelo Respeito que é devido aos professores, não só no discurso, mas traduzido em medidas concretas”, sublinhou Mário Nogueira na

concentração do Marquês de Pombal, já na reta final das intervenções dos dirigentes sindicais.

Nos cartazes e nas palavras de ordem ouvidas ao longo do desfile, os grandes desafios da luta dos professores marcaram o ritmo desta histórica jornada: em unidade, exigiram a defesa da profissão, com verdadeiras condições de trabalho, a valorização da carreira e a estabilidade profissional. Uma jornada que suscitou a solidariedade de várias entidades, incluindo a CGTP-IN, a Frente Comum, a Federação Nacional dos Médicos e a Federação Nacional dos

Sindicatos dos Trabalhadores em Funções Públicas e Sociais, entre outras.

Como afirmou o Secretário Geral da FENPROF, a realização desta manifestação nacional, “é a prova de que a luta dos professores está viva e bem viva, ainda que isso incomode muita gente. A grande presença dos professores aqui, hoje, num momento avançado do ano letivo, em que o desgaste é já enorme, é a prova de que os professores não irão baixar os braços.” Garantidamente. | JPO •

➤ **INFO** www.fenprof.pt

REVISTA DE IMPRENSA

“Se o Governo não cumprir os compromissos avançaremos para greves”

O respeito pelos professores “não pode ser só de conversa, porque de palavras e discursos estamos nós cheios. É respeito pelos professores traduzido em medidas concretas que solucionem os problemas. O que é preciso são as medidas, com as quais, aliás, o Governo se comprometeu. Há tempos, ainda no primeiro período, encontramos o senhor ministro à entrada da Fundação Calouste Gulbenkian e abordámo-lo sobre estas questões. E o senhor ministro disse que lutaria radicalmente pelos professores.

Foi o que ele nos disse. Eu não sei se ele lutou radicalmente, mas nós não precisamos de ministros que lutem radicalmente, só precisamos de ministros que resolvam problemas, que é uma coisa que ele não tem feito. Portanto, muitos colegas estão a falar nisso, a seguir a esta manifestação, se não houver uma resposta adequada, iremos fazer rapidamente esse debate e eventualmente avançar com ações, podendo ser greves. Se o Governo não cumprir os compromissos avançaremos para greves. Nós estamos no final

do ano e, a realizarem-se, poderão mesmo coincidir com o período de avaliações finais. Mas sublinho que nós não quisemos arrastar até aqui, porque estes são compromissos que o Governo assumiu em novembro. Estamos em maio e ainda não cumpriu”. •

Da entrevista de Mário Nogueira, Secretário Geral da FENPROF, ao Jornal Económico, 18/05/2018



9 Anos, 4 Meses, 2 Dias

Para qualquer cidadão comum deste país, habituado a conviver com as ditas regras de um país democrático, será normal pensar que ao fim de um dia de trabalho, esse será contabilizado para a sua carreira. Vai trabalhando, todos os dias, todos os meses, todos os anos... fazendo “contas à vida”. Uma coisa assim mais ou menos como nós, em criança, fazíamos com umas cruzes, no calendário pendurado na cozinha, para ver quantos dias faltavam para ir de férias.

Alguém com uma “imaginação prodigiosa”, entendeu que não podia ser. Deu-se um apagão de 9 anos 4 meses e 2 dias na vida de todos nós. Todos? Todos...não! Só para os professores!!!

Não haverá solução? Há sempre maneira desde que haja condições e vontade política para o fazer. O Governo não quis. Cabe-nos a nós lutar para que a verdade seja reposta.

Estaremos determinados a continuar a lutar até que nos ouçam! •

Conceição Romeiro, Coimbra



Mais burocracia

“Preocupa-me especialmente as condições de aposentação dos professores. Sinto-me muito cansada e o trabalho com miúdos é cada vez mais complicado. O exercício da profissão docente, hoje, é muito mais burocrático e as respostas a dar aos alunos são muito mais exigente.” •

Glória Pereira, Vidigueira



Revolta acumulada

“É impossível não vir a esta manifestação, tendo em conta a revolta que sinto acumulada há vários anos, designadamente e, sobretudo, relativamente às regras da aposentação. Entre as outras razões que considero muito válidas desta manifestação, esta a da aposentação é a minha maior preocupação. Só quem está no terreno, e ao fim de 39 anos de serviço, pode compreender o quão difícil é para os professores nesta idade dar as respostas adequadas que a profissão hoje exige.” •

António Ferreira Lopes, Serpa



Desgaste

“O maior motivo que me traz a esta manifestação é o desgaste acumulado, ao longo de quase 42 anos de serviço, e não ver a hora de chegar à aposentação em condições dignas. Hoje em dia, a carga

burocrática trouxe ainda maior desgaste à profissão e a redução da componente letiva é uma ilusão pois, com o aumento das horas de componente não letiva de escola tenho um trabalho muito mais desgastante e exigente.

O aumento de alunos por turma é também um grande problema, especialmente nas disciplinas de carácter prático que leciono, a Educação Visual e Educação Tecnológica. Tornou-se muito difícil dar um acompanhamento adequado aos alunos sem o par pedagógico e com o cumprimento do mesmo programa e conteúdos.” •

Francisca Pegas, Beja



Não à precariedade

“Preocupa-me especialmente a instabilidade e a precariedade na profissão que já dura há 20 anos. Em 2013, com o surgimento das bolsas de contratação de escola que introduziram critérios que subverteram a graduação profissional, a situação complicou-se, foi muito difícil obter horários completos, mesmo concorrendo para várias zonas do País. Vim a esta manifestação por uma questão de justiça, exigindo que a precariedade na educação tenha, de facto, um fim.”

Célia Casaca, Moura



Desonestidade e ilegalidade

É politicamente desonesto, imoral e vergonhoso que o governo tenha assinado uma Declaração de Compromisso com os sindicatos tendo por base a contagem integral do tempo de serviço, faltando apenas definir “o tempo, o modo de recuperação e o calendário que a mesma ocorrerá”, e que, agora, tenha o descaramento de apresentar uma proposta de apenas 2 anos e 10 meses. É ilegal, que este governo não cumpra a própria lei que aprovou (Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro - Orçamento do Estado para 2018) e, que no seu artigo 19.º prevê a necessidade de ser negociado o prazo e o modo de recuperação desse tempo de serviço congelado.” •

Silvío Miguel, Oliveira do Hospital

“Os salários não são moeda de troca”

A falta de protagonismo do M.E. na sua área de intervenção prioritária é o mais forte indício de desinvestimento na Educação, que se tem acentuado com o passar da Legislatura. Um desinvestimento que parece querer continuar, como se retira do Programa de Estabilidade que prevê uma redução do Orçamento da Educação, nos próximos 12 anos, para 3,6% do PIB, saindo da margem 4 a 6% recomendada pelas instâncias internacionais e afastando-se de valores que, já neste milénio, ultrapassaram os 5%. Um desinvestimento que, invariavelmente, se abate sobre os professores: as suas condições de trabalho, os seus direitos, os seus salários e a sua carreira. São precisos mais professores e outros trabalhadores nas escolas, todos sabemos, e deverão ser colocados, mas rejeitamos a ideia do senhor Primeiro-Ministro de que o aumento do número de trabalhadores na Administração Pública deve acontecer à custa dos salários dos que já estão ao serviço. Os salários não são moeda de troca, nem os salários nem qualquer outro direito de quem trabalha. ●

“Chega de conversa mole”

Os Professores exigem medidas que resolvam os problemas e políticas de investimento na Educação, precisamente o contrário do que tem feito o Governo, principalmente depois de o ministro Mário Centeno ter passado a presidir o Eurogrupo, um prémio que castiga os Portugueses e os serviços públicos que os servem (...) Não podemos adiar a luta. O que acontecerá em 2019, para os professores e as escolas, terá início em setembro de 2018, ou seja, daqui a 4 meses, quando começar o novo ano escolar. Como tal, a ter de continuar, a luta terá de prosseguir durante o mês de junho, sob pena de nada mais se alterar até ao final da Legislatura. O que vem a seguir desconhecemos, pelo que não devemos jogar no escuro. Seria uma irresponsabilidade e um mau serviço aos professores se os seus sindicatos deixassem a luta a meio. Mas isso não irá acontecer. ●

Da intervenção do Secretário Geral da FENPROF no Marquês de Pombal, 19/05/2018



Os professores e educadores que desfilaram no coração de Lisboa, mas também no Funchal e em Ponta Delgada, deram ainda mais força às organizações sindicais de professores





Resolução da Manifestação Nacional dos Professores e Educadores, de 19 de maio

Exigimos respeito traduzido em medidas concretas

Considerando que:

- À medida que a atual Legislatura foi avançando, Governo e Ministério da Educação foram, cada vez mais, desrespeitando compromissos, desvalorizando o relacionamento institucional com os docentes e as suas organizações representativas e tornando inconsequente a negociação;
- Muitos dos velhos problemas que afetavam os professores se têm agravado e, simultaneamente, foram criados novos problemas que penalizam os docentes nos seus direitos e nas suas condições de trabalho;
- Há compromissos, há muito, assumidos pelo Ministério da Educação e Governo, com as organizações sindicais de professores, que continuam por concretizar, com destaque para a contagem de todo o tempo de serviço cumprido nos períodos de congelamento;
- Se verifica um cada vez maior desgaste dos docentes, decorrente das suas más

- condições de trabalho, designadamente dos horários ilegais a que estão sujeitos, e de um reconhecido, penalizador e prejudicial envelhecimento na profissão, em relação ao qual, porém, o Governo continua a nada fazer;
- O grave problema da precariedade dos professores continua a afetar milhares de docentes que, com vínculo precário, satisfazem necessidades permanentes das escolas e do sistema educativo, incluindo, também, a reprovável situação vivida pelos professores que exercem funções nas Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC), que continuam a ser discriminados e tratados, pelo Ministério da Educação, como trabalhadores de terceira categoria, situação que, aliás, também é vivida pelos professores que exercem atividade no Ensino Português no Estrangeiro (EPE);
- Os concursos que decorrem, sejam os relacionados com a colocação de docentes,

seja o de progressão aos 5.º e 7.º escalões da carreira, estão marcados por falta de transparência, irregularidades e ilegalidades, resultado da abordagem obstinada e incompetente que é feita pela administração educativa;

- O processo de alegada descentralização que o governo pretende impor, desde logo, na Educação, põe em causa níveis importantes de autonomia das escolas, transferindo para os municípios competências que deverão ser suas;
- O Ministério da Educação se prepara para impor novos quadros legais que não resultam de qualquer avaliação de experiências realizadas e, por norma, não envolveram os professores na sua aprovação, com destaque para os relativos à flexibilidade curricular e à inclusão escolar;
- Os Professores e Educadores presentes na Manifestação Nacional realizada em 19 de maio de 2018, em Lisboa, exigem do Governo e do Ministério da Educação respeito! Respeito, traduzido em medidas concretas, pela sua profissão, pelas suas condições de trabalho, pela sua carreira, pela sua estabilidade e, nesse sentido, reclamam:

1) A contagem integral do tempo de ser-

viço que prestaram para efeitos de carreira, desde logo os 9 anos, 4 meses e 2 dias de congelamento, tal como impõe a Lei do Orçamento do Estado para 2018, devendo iniciar-se de imediato o processo negocial previsto no seu artigo 19.º, para fixar o prazo e o modo da recuperação;

2) Um horário de trabalho semanal de 35 horas efetivas, com todas as atividades a desenvolver diretamente com os alunos integradas na componente letiva, as reuniões e formação contínua na não letiva de estabelecimento e as reduções do artigo 79.º do ECD a reverterem para a componente individual de trabalho;

3) A aprovação de um regime específico de aposentação dos professores a aplicar já no próximo ano ou, de imediato, um regime de antecipação sem penalização de idade e sem aplicação do chamado fator de sustentabilidade;

4) A reposição da legalidade nos concursos que estão a decorrer, quer para colocação de professores, quer para progressão aos 5.º e 7.º escalões, na sequência de um urgente processo negocial a desenvolver com as organizações sindicais;

5) A resolução do problema da precariedade, com a abertura de vagas de acordo com as necessidades reais e permanentes das escolas, e, no caso dos docentes que prestam funções nas AEC, de imediato, com a sua manutenção na 2.ª prioridade do concurso e, a partir do próximo ano escolar, com a promoção das atividades pelas escolas e a contratação dos profissionais não como técnicos, mas como docentes;

6) A generalização da flexibilidade curricular só após feita a avaliação da experiência realizada; a aplicação do regime de inclusão escolar apenas a partir do ano 2019/20, após um amplo processo de informação e formação de todos os professores; a garantia de um processo de verdadeira descentralização, mantendo nas escolas todas as competências relativas à gestão de pessoal, aspetos pedagógicos, ofertas educativas e formativas e ação social escolar, entre outras.

Relativamente a estas reivindicações e, em particular, às que decorrem da Declaração de Compromisso assinada pelo Governo e pelas Organizações Sindicais em 18 de novembro de 2017, os Professores e Educadores exigem o seu cumprimento, na sequência de processos negociais, cujo objeto e prazos terão de ficar definidos nas reuniões, finalmente, convocadas com a presença do Ministro da Educação, para o dia 4 de junho. Se tal não acontecer, os Professores e Educadores manifestam disponibilidade para continuar a luta, se necessário, ainda no presente ano escolar. •

Lisboa, 19 de maio de 2018
Os Professores e Educadores presentes na Manifestação Nacional



FENPROF promove petição

Grupo de recrutamento na área do Teatro

Pelo direito à vinculação e integração na carreira docente
Pela criação de um Grupo de Recrutamento na Área do Teatro

A FENPROF e a APROTED reuniram e entenderam que teria de ser feita qualquer coisa que pusesse fim à infeliz opção por estabelecer a precariedade como regra, nesta e noutras situações.

No caso dos professores de Teatro e Expressão Dramática dos cursos de Teatro nas escolas públicas, tal não tem qualquer sentido, pois são indubitavelmente necessários ao sistema, as escolas ganham com isso e a formação específica também.

O número de docentes nem sequer é obstáculo.

Foi com esse intuito que decidiram promover uma petição pública que garantisse que, com a sua entrega na Assembleia da República, os senhores e as senhoras deputadas tomariam em mãos a tarefa simples que o governo não quer assumir.

Expressão Dramática e o Teatro estão presentes nos currículos em vários ciclos de ensino.

Contudo, os docentes que lecionam a área disciplinar não têm qualquer vínculo estável e nunca foram abrangidos por qualquer dos processos de vinculação aplicados a outros docentes.

São recrutados pelas escolas em regime de contrato a termo, como “técnicos especializados”, não sendo reconhecidos como professores, ainda que cumpram

horário e funções em tudo idênticos aos de qualquer professor, tendo formação e/ou experiência pedagógica.

Existem professores de Teatro que lecionam há mais de 20 anos com contratos precários e com um salário inferior a um professor com grupo de recrutamento em início de carreira ou contratado, numa situação de extrema precariedade laboral que viola o Direito Comunitário, nomeadamente a Diretiva 1999/70/CE e desrespeita o princípio constitucional da segurança no emprego.

Fora da vinculação

Estes docentes não foram abrangidos por nenhum dos processos de vinculação extraordinária nem pela “norma-travão”, apesar de lecionarem há muitos anos na mesma área disciplinar, alegadamente por não terem grupo de recrutamento.

Por tais motivos, os peticionários consideram necessário e urgente a criação de um grupo de recrutamento na área do Teatro e a criação de um regime de vinculação e integração na carreira para os docentes que lecionam a área de Teatro nas escolas básicas e secundárias, no respeito pelo Direito Comunitário, e pela Constituição da República Portuguesa. | Texto baseado na Petição •

Petição pode ser assinada em www.fenprof.pt

Corrupção no Grupo GPS: FENPROF bem avisou!

NÉVIA VITORINO (Assessora de Imprensa)

A notícia foi conhecida a 23 de março numa nota divulgada na página da Procuradoria-Geral Distrital de Lisboa: o Ministério Público (MP) acusava cinco administradores do grupo de ensino particular GPS (Gestão e Participações Sociais) e dois decisores públicos pelos crimes de corrupção ativa e passiva, peculato, falsificação de documento agravada, burla qualificada e abuso de confiança qualificado. José Manuel Canavarró, ex-secretário de Estado Adjunto e da Administração Educativa de Santana Lopes, e José de Almeida, ex-diretor regional de Educação de Lisboa, acusados de corrupção passiva. António Calvete, presidente do Grupo GPS, Manuel Madama, Fernando Catarino, Agostinho Ribeiro e António Madama, são os sete arguidos.

Segundo o comunicado do MP, «ficou suficientemente indiciada a prática de atos por parte dos decisores públicos — enquanto estiveram no exercício de funções públicas e antes de as mesmas cessarem —, favoráveis aos interesses de grupo empresarial da área da educação e seus administradores, deixando o Estado vinculado a celebrar contratos de associação». É completa: «Em troca, e após cessarem as funções públicas, aqueles arguidos ocuparam lugares remunerados na estrutura do grupo empresarial».

Entre os factos da acusação, consta a cobrança ao Ministério da Educação de mais de 800 mil euros de “horas fictícias” pelo alegado trabalho de professores “às quais não tinham direito e em prejuízo do Estado» e, ainda, a apropriação ilícita pelos responsáveis do grupo de outros valores provenientes das receitas desses colégios.

O MP explicita que, entre 2005 e 2013, os administradores do grupo terão desviado cerca de 30 milhões de euros de verbas pagas pelo Estado no âmbito de contratos de associação «para empresas terceiras por si dominadas e para os seus patrimónios pessoais». Dinheiro que, segundo a comunicação social, terá sido gasto em viagens, cruzeiros, carros, mobílias, refeições e até mesmo champanhe e que diversos documentos apreendidos nas buscas realizadas pela PJ em 2014 indiciam que os principais arguidos terão enviado para fora do país.

Na sequência deste processo, a Polícia Judiciária (PJ) apreendeu mais de 65 veículos a dois administradores do Grupo GPS. O MP pediu a perda das vantagens ilícitas provenientes dos crimes e exigiu a José Manuel Canavarró e a José Maria de Almeida que devolvessem os valores que

terão recebido do grupo GPS em salários e contrapartidas, cerca de 224 mil euros e 80 mil euros, respetivamente.

José Manuel Canavarró refutou a acusação em declarações aos jornalistas, adiantando que iria pedir a abertura de instrução. «Não tem qualquer fundamento», garantiu o ex-secretário de Estado ao jornal Público: «irei esclarecer tudo e mostrar que não foram os meus despachos que deram direitos ao grupo GPS. Irei demonstrar que tal aconteceu 20 meses após a minha saída do Governo», acrescentou.

Uma notícia que não surpreendeu os professores e a FENPROF, em particular. As primeiras denúncias surgiram no final de 2012 na reportagem da TVI “Uma verdade Inconveniente”, corroboradas, depois, por várias missivas anónimas dirigidas à FENPROF e por um estudo da Faculdade de Letras da

Universidade de Coimbra sobre a “reorganização da rede de ensino e cooperativo com contrato de associação”.

Indícios recolhidos e compilados pela FENPROF numa queixa-crime contra desconhecidos que entregou na Procuradoria-Geral da República em fevereiro de 2014: «sérios indícios de que uma parte substancial do financiamento de instituições do ensino particular e cooperativo terá estado a ser desviada para fins ilícitos e de forma ilícita pelos proprietários de colégios com contrato de associação». O processo foi encaminhado para o Departamento Central de Investigação e Ação Penal que, em setembro de 2015, comunicou à FENPROF o arquivamento do processo por entender que «não foram recolhidos indícios da prática dos crimes de peculato, participação económica em negócio, abuso de poder ou corrupção ativa ou passiva».

Em março de 2018, a investigação da Procuradoria-Geral Distrital de Lisboa resulta na acusação de cinco administradores do grupo GPS e dois decisores públicos pelos crimes de corrupção ativa e passiva, peculato, falsificação de documento agravada, burla qualificada e abuso de confiança qualificado. ●

NOTA DA REDAÇÃO

Estado vs Apropriação indevida de dinheiros públicos

O Ministério Público produziu acusação e avançou. De entre as ilegalidades cometidas, através da apropriação de avultadas verbas do Orçamento do Estado pelos proprietários de colégios do grupo GPS, estão, desde o final dos anos 90: o número excessivo de turmas financiadas; o excessivo financiamento por turma, tendo em conta o número de alunos efectivamente existente; a despesa efectiva, designadamente com pessoal docente e não docente. Esta não é, contudo a matéria que parece ter sido alvo de investigação, mas sim a apropriação de avultadas verbas do Estado em proveito próprio dos donos dos colégios.

Porém, a FENPROF sabe, ainda, poderem existir fortes suspeitas de reduções salariais, executadas sobre os vencimentos de docentes e não docentes, sem que tal pudesse ser escrutinável (se pagos em dinheiro), a não ser por denúncia dos próprios, e de financiamento indireto de turmas, designadamente do 1.º ciclo, através do desvio das verbas destinadas a turmas de outros anos de escolaridade.

Sinais exteriores de riqueza e avultados investimentos noutras atividades, da saúde ao turismo, parecem não ter sido investigados. Fazê-lo permitiria conhecer a verdadeira extensão do problema. Por agora, foi apenas o grupo GPS e quem à sua volta se movimentava, designadamente titulares de cargos políticos e na administração educativa. Exige-se, portanto, que se prossiga, não deixando ninguém fora das investigações e que se puna exemplarmente quem prevarica.

Sucessivos governos tiveram grandes responsabilidades ao deixar andar, sendo que, nos últimos anos, com a defesa da pretensa liberdade de escolha, caso os portugueses não tivessem mostrado a sua forte oposição, toda esta situação se teria agigantado. A luta dos portugueses por aquilo que, por direito, é seu deus, mais uma vez, e está a dar resultados positivos. ●



Reunião com Governo produz resultados muito positivos

CARLOS PATO (Membro do SN da FENPROF)

Ministério dos Negócios Estrangeiros e Secretaria de Estado das Comunidades escutaram e negociaram para resolver problemas dos professores

Em 24 de maio decorreu uma reunião com o Secretário de Estado das Comunidades na qual foi feito o balanço da situação do Ensino Português no Estrangeiro. Na mesma esteve ainda presente o atual Presidente do Camões, I.P.

Foram analisadas as diversas etapas negociais e os objetivos que foram atingidos. Em jeito de balanço da atitude governativa o Secretário de Estado referiu o bom entendimento com as estruturas sindicais implantadas no território operativo do Ensino Português no Estrangeiro, o trabalho desenvolvido em conjunto com o MNE e as soluções encontradas que procuraram resolver ou pelo menos atenuar as dificuldades e os problemas sentidos pelos docentes a trabalhar no EPE.

De realçar entre outros, a implementação do mecanismo de correção cambial, que tem sido acionado sempre que alterações cambiais provocam efeitos nefastos para os professores e para as suas famílias. Tarefa herdada do anterior governo que foi concluída já nesta legislatura na qual o SPE/FENPROF teve um papel ativo na procura de soluções e na agilização do processo negocial.

Também como resultado evidente, a revisão do Regime Jurídico do EPE e as alterações introduzidas que permitiram o alcance de uma certa estabilidade de trabalho dos docentes. De referir, ainda, que foram ouvidas as recomendações do sindicato no que à formação pedagógica e científica presencial diz respeito.

Um ponto que, de forma enfática, o Secretário de Estado frisou foi a necessidade de participação mais evidente por parte dos professores nos encontros de final de ano onde se pode fazer um balanço de atividades, encontrar novas respostas de atitudes pedagógicas e didáticas.

É óbvio que as datas são coincidentes, em abstrato, com as férias de verão dos docentes, implicando essas deslocações para presença no aludido encontro, despesas adicionais que, dado o magro salário auferido, não permitem tais veleidades. Todavia, o Secretário de Estado solicitou aos dirigentes sindicais que primassem pela presença



como forma de motivação dos restantes professores. Aguardemos...

Por último o Secretário de Estado referiu o trabalho subjacente ao Despacho conjunto dos Ministérios dos Negócios Estrangeiros e Finanças, n.º 4943/2018, de 18 de maio, sobre o alívio fiscal provocado por este diploma o qual vem premiar a luta desenvolvida desde 2015 para despenalização da excessiva carga fiscal a que os docentes estavam obrigado e que, mesmo vivendo no estrangeiro, com os inerentes e pesados encargos para fazer frente a um custo de vida enorme, eram tributados como residentes em Portugal. Fez-se justiça! São cerca de 286 professores abrangidos pelo Despacho conjunto que terá efeitos retroativos a janeiro de 2018.

Outros assuntos apresentados:

- a situação dos professores a aguardar o descongelamento da progressão, com mais de 15 anos de paragem, e a morosidade observada no tratamento dos processos. O Presidente do Camões informou que foram concluídos 97 processos, tendo o Sindicato alertado para o muito tempo de espera, o que fica evidenciado pela cronologia (informação em 17 de novembro de 2017, obtenção de nova informação em 28 de fevereiro de 2018. Apesar disso, até hoje, não havia qualquer situação reportada como resolvida);

- foi feito um protesto veemente sobre a aplicação aos professores no EPE do “apagão” de 9 anos, 4 meses e 2 dias de tempo de serviço, problema de uma “carreira” que não existe no EPE! Mesmo assim, existem professores que, embora sofram os efeitos desta decisão do atual governo, têm obtido silêncio por parte do Camões, IP, quando enviam requerimento atrás de requerimento e nenhuma resposta é obtida.

O SPE transmitiu estas preocupações ao Presidente do Camões, I.P. e propôs uma reunião para tratar destes e outros assuntos, tendo o Presidente anuído à realização da mesma, em tempo útil e com caráter urgente.

Concluindo o Secretário de Estado elencou um conjunto de assuntos/preocupações que estão em agenda e nas quais a Secretaria de Estado das Comunidades bem como o Ministério dos Negócios Estrangeiros estão

empenhados. Algumas matérias que constarão de próximas reuniões para negociação:

- Concursos e posicionamento prioritário dos professores a trabalhar no EPE;

- Continuação do estudo de viabilidade, nas mãos de um grupo de trabalho, com o Ministério das Finanças e Assuntos Fiscais, da obtenção de isenção total de IRS, tendo no horizonte o pleno convencimento de que o trabalho realizado pelos professores no Ensino Português no Estrangeiro pode e deve ser considerado como gerador de mais valias para o Estado português. O SPE tudo fará para que este objetivo seja atingido, ainda durante esta legislatura. O SPE recordou a intenção manifestada pelo Secretário de Estado das Comunidades em propor à sua homóloga da Educação, bem como ao Ministro do setor, a criação de um quadro de professores no estrangeiro, o que poderia facilitar e obviar às preocupações manifestadas pelos professores que pretendem concorrer para vinculação extraordinária em Portugal, opção essa que permitiria alguma mobilidade interna. *A Comissão Executiva do SPE/FENPROF* ●

Regulamento Interno de Avaliação

O SPE questionou o Secretário de Estado das Comunidades sobre o RIA (Regulamento Interno de Avaliação) e a sua implementação. Foi solicitado ao Presidente do Camões, I.P. que esclarecesse a situação junto dos seus serviços dado existirem opiniões contraditórias na sua aplicação. Para o Sindicato dos Professores no Estrangeiro não faz sentido ter-se negociado e concluído um processo de revisão do regulamento e fechar-se o mesmo na gaveta! O documento contém um normativo corrigido e adaptado às novas exigências e realidades do EPE. Incompreensivelmente, continua-se a utilizar a anterior versão. A quem interessará esta situação? Questão, entre outras, que deverão ser respondidas, esclarecidas e alteradas em próxima reunião com o Instituto Camões. ●



A Escola reflecte as condições de vida dos seus corpos sociais – de todos, aqui se incluindo também quem nelas trabalha. Más condições de vida e de trabalho das comunidades escolares determinam indisponibilidades para dirigir preocupações para o que é essencial no plano colectivo.

Por uma política de Paz e Não-Violência nas Escolas*

O que fiz eu hoje para evitar esta situação?

LUÍS LOBO (Membro do SN da FENPROF)

Os últimos dias, pela visibilidade e importância que estes acontecimentos têm, devem obrigar-nos a fazer uma pergunta: hoje, que fiz eu para evitar que a violência física, psicológica e verbal não faça parte das nossas vidas?

Tenho para mim que o discurso belicista não se resolve com a sua oposição através de outro discurso belicista. Estou certo de que a dignidade humana, numa perspectiva ecológica da partilha do espaço, e as políticas que a desenvolvam deverão ser preocupações dos Estados e devem merecer da parte da ONU acções que vão muito para lá de discursos de circunstância.

Chamo o tema da violência ao debate porque tenho conhecimento da sua existência na Escola, através de relatos fidedignos, da verificação de diversas situações instáveis e das queixas que centenas de professores fazem em relação às suas escolas, às suas turmas, à preparação para fazerem face a

situações de conflito ou à incapacidade para resolver problemas por falta de condições de trabalho (atingindo o ensino público e o ensino privado).

O tema da violência tem de estar presente nas preocupações de governantes e governados. A alta-pressão existente sobre uma população docente envelhecida e desgastada retira-lhes disponibilidade para reflectir sobre o acto educativo na sua essência e sobre a relação entre professores e alunos, destes com o pessoal auxiliar das escolas, daqueles com os pais e encarregados de educação e de todos com todos. E isto será a base da resolução do problema.

A desvalorização que é feita sobre a própria escola é assustadora. Não que as pessoas lhe retirem a importância que realmente tem, mas porque as suas afirmações sobre a Escola são despidas do seu papel no plano da formação pessoal e social dos cidadãos. A Escola enquanto vazadouro de conteúdos, sujeita à pressão dos objectivos,

tratada como igual de Vila Real de Santo António a Valença do Minho, é a norma e, descurando-se a adaptação, mais do que dos currículos, das condições de exercício da profissão de professor, consoante as características locais sociais, continua a prestar um mau serviço quer aos alunos e às famílias, quer às comunidades e ao país.

Em 2007, a FENPROF aprovou uma resolução, que fez chegar ao governo e à Assembleia da República, que se intitulava “Por uma Cultura de Paz e de Não-Violência nas Escolas – Dar mesmo prioridade à convivência escolar”. Perante o aumento da indisciplina e da violência nas escolas, muitas vezes manifestada através da palavra ou das atitudes, em 2015 a FENPROF voltou a divulgar o seu documento, infelizmente, oito anos depois da sua primeira divulgação, com a mesma actualidade e necessidade.

Considera o documento da FENPROF que “o sistema educativo vai gradualmente deixando de valorizar as competências que

condicionam a procura de soluções para problemas também eles condicionados pela situação social de cada um.

Perante a existência de fenómenos de indisciplina e de violência num número significativo de escolas, é necessário “tomarem-se medidas que reforcem a autoridade do professor, mas que, ao mesmo tempo, protejam a identidade do aluno e que, principalmente, revertam a situação a favor do estabelecimento de um clima saudável de convivência inter e intra-geracional”.

Exige-se, assim:

- O lançamento de um debate, sob a tutela do governo ou da Assembleia da República ou, ainda, do Conselho Nacional de Educação, envolvendo as escolas e os agrupamentos de escolas, “por uma Cultura de Paz e de Não-Violência” que saia do debate exclusivo no plano do foro legal, estabelecendo as bases para um compromisso com as famílias e as comunidades educativas, em geral;

- A atribuição de recursos humanos, adequados em quantidade e qualidade da formação, financeiros e materiais que promovam o desenvolvimento de planos de actividade neste âmbito e promovam os seus projectos educativos, através de:

- Criação de condições que promovam a mediação entre a escola e as famílias;

- Respeito e promoção da diversidade cultural, religiosa e étnica como forma de combater fenómenos de xenofobia e racismo;

- Reforço da autonomia das escolas e agrupamentos de escolas, através do estabelecimento de um modelo de efectiva gestão democrática, capaz de desenvolver conceitos fundamentais para a democracia, tais como a elegibilidade e colegialidade dos órgãos e a participação de todos a todos os níveis, de acordo com as suas competências e responsabilidades perante o colectivo escolar;

- Redução do número de alunos por professor, de turmas por professor e de níveis de aprendizagem por docente;

- Criação de equipas multidisciplinares que favoreçam o acompanhamento de percurso escolar dos alunos e a mediação de conflitos;

- Desenvolvimento de uma política que promova, efectivamente, o apoio educativo aos alunos, designadamente aos que têm necessidades educativas especiais;

- Adopção de programas de cooperação entre as escolas, os municípios e os operadores sociais que respondam às necessidades de ocupação dos tempos livres de crianças e jovens, com a disponibilização orçamental do Estado para a criação de espaços de convívio e tempos livres, bibliotecas e espaços desportivos de bairro, particularmente dos que apresentam fenómenos de maior desagregação social;

- O reforço do orçamento para a cultura, favorecendo-se a fruição e a prática de actividade cultural, enquanto factor de excelência

para a convivência social em contexto de vivência colectiva;

- A criação, no quadro da Assembleia da República ou do Conselho Nacional de Educação, com a atribuição de um orçamento específico adequado aos objectivos a atingir, de um “Observatório para a Não-Violência e para a Convivência Escolar”;

- A integração obrigatória nos planos anuais de actividades das escolas e agrupamentos de escolas de projectos de promoção da convivência escolar, que envolvam a participação da comunidade estudantil;

- Garantia de apoio jurídico e judicial a todos os profissionais de educação que estejam a ser ou tenham sido vítimas de todo o tipo de formas de violência física, psicológica e verbal em contexto escolar ou com ele relacionado;

- O estabelecimento de contratos de co-responsabilização das famílias em relação aos seus educandos e à escola, envolvendo os professores e os alunos que contribuam para uma sã convivência, para o aumento da frequência e para o desenvolvimento do sucesso escolares. Esta medida deve ser objecto de negociação com os parceiros educativos e deve ser objecto de regulamentação específica;

- Inclusão desta matéria nos planos de estudo da formação inicial e contínua, designadamente quanto à gestão de conflitos e à promoção de um sociedade que promova a Paz e a Não-Violência;



A importância do estabelecimento de um programa integrador de medidas para educar para a Paz e a Não-Violência, a par da educação para os media, cuja inexistência é um dos factores mais significativos de promoção da violência social, devem ser encaradas como urgência nacional e uma necessidade social inadiável.

“

A iliteracia, as elevadas taxas de desemprego, a precarização das relações laborais, a estagnação salarial, entre outros aspectos, condicionam a procura de soluções para problemas também eles condicionados pela situação social de cada um.

- Desenvolvimento de planos de formação contínua que não envolvam só os professores, mas que sejam alargados ao pessoal auxiliar das escolas, aos pais e aos alunos;
- Alargamento da obrigatoriedade de frequência, através da criação das condições adequadas a nível de equipamentos

educativos e reforço de recursos humanos, à educação pré-escolar, a partir dos 3 anos de idade;

- Consagração e uma política de combate à indisciplina e à violência que envolva e comprometa a sociedade portuguesa e favoreça o desenvolvimento da consciência social dos portugueses e do bem comum.

A importância do estabelecimento de um programa integrador de medidas para educar para a Paz e a Não-Violência, a par da educação para os media, cuja inexistência é um dos factores mais significativos de promoção da violência social, devem ser encaradas como urgência nacional e uma necessidade social inadiável.

Tome-se para ilustrar a forma leviana como são tratadas a violência israelita sobre o povo palestino ou a ocupação dos seus territórios, em nome da existência de um preconceituoso estado judaico, ou as notícias festivas de um ataque à integridade física, psicológica e moral de jogadores e equipa técnica da equipa de futebol de um clube desportivo (que pode ter contornos xenófo-

ros e racistas) ou a utilização de um festival cançoneteiro, visto por 200 milhões de almas, com um desfecho claramente condicionado e de promoção do sionismo e do neo-nazismo que tem o apoio da maior potência militar do planeta, os Estados Unidos da América, a sua não desmontagem, o pacto político de comprometimento dos países satélites da América de Trump, entre muitos outros aspectos, como o condicionamento dos órgãos de comunicação social à agenda de grandes grupos económicos ou à agenda política de governo e presidente da República devem fazer-nos pensar sobre o atraso com que esta matéria está a ser tratada.

Se nos perguntarmos todos os dias sobre o que fizemos para evitar a situação por que este mundo em que vivemos está a passar, talvez sejamos capazes de desenvolver um conceito ecológico da Paz e da Não-Violência. •

* A partir de texto publicado em AbrilAbril.pt, Maio de 2018 | O autor não escreve de acordo com o Acordo Ortográfico de 1990



Um comportamento inaceitável

Instituto Nacional para a Reabilitação recusa apoiar Encontro Nacional sobre alterações do DL 3/2008

ANA SIMÕES (Membro do SN da FENPROF)

Há 5 anos, a FENPROF iniciou uma parceria com a Confederação Nacional de Organismos de Pessoas com Deficiência (CNOD), co-financiada pelo INR, para a realização de iniciativas, junto de toda a comunidade educativa e sociedade em geral,

de sensibilização e informação sobre Inclusão Escolar e Social de crianças e jovens com Necessidades Educativas Especiais (NEE).

Este ano, e devido à alteração do Decreto-Lei nº 3/2008 e aplicação da nova legislação sobre Inclusão Escolar, o projeto proposto baseava-se em ações de formação com

docentes e um Encontro Nacional tendo como objetivos a reflexão e o debate coletivo sobre alterações que interferirão com todo o sistema educativo.

O INR é um instituto público integrado e tutelado pelo Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social (MTSSS). Deste Ministério faz parte a Secretaria de Estado da Inclusão das Pessoas com Deficiência da responsabilidade da secretária de estado Ana Sofia Antunes.

Ao contrário do que fez o Ministério da Educação (Ministério do mesmo governo PS), que já promoveu formação de docentes sem que tivesse sido publicada a nova legislação, o INR e, em última instância, o seu Presidente, Humberto Santos, excluiu o apoio ao projeto deste ano alegando que a legislação em causa ainda não foi publicada questionando a premência do projeto.

O atual governo minoritário do PS continua a dar os piores sinais, adotando práticas que visam impedir a crítica e calar desacordos... como sabe que os pareceres sobre a alteração do DL 3/2008 são, se não todos pelo menos a sua maioria, negativos impede que outras organizações a discutam com os docentes.

Este é um comportamento inaceitável para quem apregoa a Inclusão e a Democracia, mas não a pratica e tenta calar os que questionam as suas posições.

Mas podem estar certos, a FENPROF não calará a denúncia! •



O que realmente se passa no nosso mundo?

Os Media e nós

ABEL MACEDO (Membro do SN da FENPROF)

Quando qualquer pessoa comum chega às 8 horas da noite e se senta perante um televisor para ver um noticiário de qualquer canal generalista português tem tendência para acreditar nas informações debitadas pelo(a) pivot de serviço.

O mesmo se passa com os que ainda compram e lêem jornais, e são cada vez menos. As coisas pioram muito perante os assíduos das chamadas redes sociais, e são cada vez mais.

A designada sociedade da informação recebe e consome assim uma multitude de notícias que lhe chegam facilmente através de múltiplos meios e que comodamente assimila como sendo verdades irrefutáveis.

Façamos um pequeno exercício, respondendo seriamente a esta questão: de entre os variadíssimos epítetos que já vimos atribuídos à figura de Donald Trump, presidente da nação mais poderosa do mundo, alguma vez lhe ouvimos chamar ditador? E a Nicolás Maduro, presidente legítimo da Venezuela, o país mais escrutinado do mundo através de processos eleitorais? Porque será que a Venezuela (e este é apenas um exemplo) não é incluído no chamado “mundo livre” e um país como os EUA, em que um presidente é eleito com menos 3 milhões de votos que a sua opositora, é apresentado como campeão das liberdades?

Talvez na percepção das diferenças de tratamento atrás colocadas esteja a chave da descodificação do discurso dominante que nos é inculcado diariamente, de múltiplas formas, mas sempre na linha do pensamento único.

E é assim que o cidadão comum informado sabe umas coisas apenas da maneira como nos são passadas e não sabe outras

pela simples razão de que são intencionalmente omitidas.

Nem mesmo quando alguns escândalos acontecem, como a tentativa de homicídio de dois cidadãos em Londres com um gás “indubitavelmente” russo, que afinal não foi fabricado nesse país ou, um suposto ataque com armas químicas sírias que afinal não existiu mas mesmo assim provocou bombardeamentos “aliados” de retaliação, nem mesmo assim nos questionamos sobre a veracidade e idoneidade das fontes que difundem as notícias que consumimos?

Será que nos podemos considerar verdadeiramente informados sobre o que está, de facto, a acontecer por esse mundo fora, na América Latina, por exemplo? Conheceremos minimamente a situação da Venezuela, México, Colômbia, Brasil, Honduras, e tantos outros países? E o problema não é tanto dizer-se que não, não conhecemos, afinal são países distantes de nós, cujo quotidiano é difícil de acompanhar. O problema é, e continuamos a falar de gente que se diz informada, daqueles que dirão que sim, que sabem o que ali se passa.

Saberão mesmo? Saberão sequer citar as fontes divulgadoras das notícias, se são a CNN, o El País, a ABC, o El Clarín, a rede Globo, entre outras afins?

É que são estas, entre muitas outras, as que “produzem” as notícias que consumimos diariamente.

O importante, num tempo em que as designadas “fake news” proliferam, e em que até os maiores prevaricadores na distorção da realidade apelidam de falsas as notícias que os desmentem, o importante é sabermos

como resistir a esta toada manipuladora que nos envolve.

Usando um exemplo bem recente. Benjamin Netanyahu, primeiro ministro de Israel, convoca uma conferência de imprensa para apresentar supostas provas de que o Irão continua empenhado em desenvolver um programa de armamento nuclear, apelando assim aos Estados Unidos da América para se desvincularem do acordo assinado em 2015 pelo presidente Obama.

Para além do Governo do Irão negar as ditas evidências, considerando-as falsas, apenas um dia depois, o Organismo Internacional da Energia Atómica, uma agência das Nações Unidas, veio anunciar que carecem de evidência as acusações feitas por Israel, afirmando ainda que depois de 2009 não encontram indicações credíveis de actividades do Irão relacionadas com o desenvolvimento de armas nucleares! Afinal, em que ficamos?

Pensar pela nossa cabeça

Talvez seja necessário, sempre que determinada notícia nos surpreenda, interrogarmo-nos sobre a quem poderia interessar que ela seja divulgada daquela maneira. Da resposta que nos dermos talvez nos venhamos a inclinar mais para a aceitarmos ou a rejeitarmos. Deixarmos de ser acríticos e pensar um pouco mais pela nossa cabeça. Porque não somos definitivamente ingénuos, num mundo onde tanta informação se cruza em permanência, arejaremos a nossa cabeça se não nos demitirmos de pensar. Até porque é sempre possível, com um pequeno esforço, descobriremos outras formas de olhar para os mesmos problemas. Assim o queremos. •

Estímulo ao Emprego Científico, *ma non troppo*

ANDRÉ CARMO (Membro do Departamento de Ensino Superior e Investigação)



Embora multifacetada, a situação atual das lutas sociais, no que diz respeito à investigação científica, é muito marcada pelo modo como tem decorrido a contratação de doutorados ao abrigo da norma transitória (art.º 23.º) do Decreto-lei 57/2016 (DL57), alterado pela Lei 57/2017 e de acordo com o Decreto Regulamentar aprovado em Conselho de Ministros. Desde a primeira hora, a posição da FENPROF sobre esta matéria é clara. Sendo certo que, na ótica dos investigadores doutorados, a substituição de bolsas de investigação por contratos de trabalho constitui um avanço significativo no sentido da dignificação e valorização do trabalho científico, na medida em que os que forem contratados passam a dispor dos mais elementares direitos de proteção social e laboral (ex: subsídio de desemprego, doença, etc.), as soluções encontradas ficam bastante aquém do que seria desejável, fundamentalmente porque, para esses, não há garantias de ingresso na carreira. O problema é adiado, mas não resolvido.

Para além disso, o desenrolar do processo tem decorrido de forma muito mais lenta do que era suposto, com as diferentes entidades envolvidas, nomeadamente as instituições de ensino superior e a FCT, a passarem responsabilidades umas para as outras, prejudicando, neste jogo de empurra, o conjunto de investigadores que, com toda a legitimidade, anseiam por melhores condições de trabalho e mais estabilidade nas suas vidas. Contrariamente àquilo que

nos é vendido – a palavra aplica-se aqui com alguma propriedade – por muita gente com responsabilidade no ensino superior e na investigação, a qualidade da ciência não depende da existência de um certo nível de precariedade ou instabilidade, supostamente indutoras de maior competitividade, antes pelo contrário. Independentemente da sua natureza funcional, o trabalho, enquanto atividade humana geradora de valor e elemento estruturante da vida quotidiana da maior parte das pessoas, é sempre mais criativo e produtivo quando realizado em condições de estabilidade.

A este respeito, importa colocar em evidência a luta recente e bem sucedida que

foi travada pelos investigadores da FCUL e que o SPGL/FENPROF apoiou desde o seu início. Tal como outras instituições de ensino superior, a FCUL pretendia realizar os contratos da norma transitória recorrendo a uma associação de direito privado, sem fins lucrativos, a FCIências.ID, para, celebrando contratos de trabalho a termo incerto, nos termos do Código do Trabalho, não ser obrigada a abrir quaisquer procedimentos concursais para ingresso na carreira. Esta intenção, porém, violava o disposto no n.º 2 do DL57, que prevê que «os procedimentos concursais são realizados pelas instituições em que os bolseiros desempenham funções». A denúncia desta situação, feita pelos investigadores organizados da FCUL e pelo SPGL/FENPROF, levou a que a instituição retrocedesse e tenha tornado público que a abertura dos concursos será feita no quadro da FCUL e não da FCIências.ID.

Posteriormente, ficou a saber-se que algumas instituições da Universidade de Lisboa pretendem celebrar contratos de trabalho em funções públicas a termo resolutivo certo, nos termos da Lei Geral de Trabalho em Funções Públicas, por períodos de apenas 3 anos e não de 6 como prevê o n.º 2 do art.º 6.º do DL57, furtando-se, desde modo, à abertura dos concursos para a carreira previstos na lei. Evidentemente, quaisquer tentativas neste sentido contarão sempre com a determinada oposição da FENPROF. Para além da sua denúncia, serão também tomadas outras medidas consideradas necessárias para impedir o incumprimento da lei por parte das instituições de ensino superior. ●

Leitores recolhem assinaturas para Carta Aberta ao ministro

Os Leitores de Universidades Portuguesas e em Institutos Politécnicos por duas vezes reuniram com o ministro Manuel Heitor para dar a conhecer os problemas que os afetam e resolver a sua situação profissional, uma das mais voláteis das situações do ensino superior e, por isso, altamente precária. Têm 10, 20, 30 anos na mesma instituição. Como os seus outros colegas, ensinam, corrigem testes, orientam teses, mas não têm direito a qualquer medida que permita a sua vinculação, apesar de serem necessários para o sistema de ensino superior. O ministro prometeu resolver a situação, rapidamente, até janeiro de 2018. Foi há quase um ano que assumiu este compromisso.

Aos deputados disse que a situação dos Leitores “está praticamente resolvida”, reafirmando que estaria tratada “no início de 2018”. Estamos em Maio. Reivindicamos o direito ao vínculo, na sua categoria, sem aumento de vencimento e sem custos acrescidos para o Estado. Inexplicável, portanto, a atitude do governo. | NR ●



Síria, Brasil, Venezuela, Palestina, França...

Não é palavra vã a solidariedade do movimento sindical português

Envolvida em todas as lutas dos trabalhadores portugueses, acompanhando a par e passo as realidades sociais, políticas, económicas e culturais do nosso país, construindo e propondo soluções objetivas para os problemas nacionais, a CGTP-IN não esquece os seus deveres internacionalistas e continua a reafirmar publicamente a sua firme solidariedade com todos os que, nos diferentes continentes, lutam pela paz e pela soberania, contra as ingerências, pela liberdade e o desenvolvimento, pela defesa dos direitos dos trabalhadores e das populações, contra as injustiças e a exploração.

Síria, Brasil, Venezuela, Palestina e França estão em foco neste apontamento. Numa

próxima oportunidade abordaremos a onda de solidariedade com o povo da República Árabe Saauri (RASD).

Síria: contínua agressão

O ato de agressão levado a cabo pelos EUA, França e Reino Unido – com o apoio da União Europeia e da NATO – contra a República Árabe Síria mereceu da CGTP-IN a mais vigorosa condenação, reafirmada pelos intervenientes na sessão pública realizada em Lisboa no passado dia 23 de abril.

A condenação baseia-se em dois pontos fundamentais:

- Porque se trata de um ato perpetrado em violação do Direito Internacional e da Carta da ONU, procurando introduzir novos

elementos de desestabilização e contrariar os avanços alcançados pelo diálogo e os esforços de vários países para trazerem de volta a paz a este povo.

- Porque se trata de um ato inscrito na contínua agressão à Síria – em que têm estado também envolvidos Israel, Turquia e as monarquias do Golfo –, na qual é saliente o recurso ao terrorismo – seja por ação própria, seja por procuração a grupos que atuam neste país. Invocar o uso de armas químicas em Douma é um ato da mais profunda manipulação – vejam-se as mentiras mais recentes em relação ao Iraque e à Líbia, com as dramáticas consequências que se conhecem. Sobretudo quando os peritos internacionais só agora chegaram ao local para investigar e apurar o ocorrido e as responsabilidades, o que revela um claro intento de manietar a opinião pública e procurar justificar a agressão.

Os bombardeamentos efetuados “são um passo de enorme gravidade numa escalada de desenvolvimentos imprevisíveis para a Síria e toda a região, contribuindo ao mesmo tempo para o estado de profunda destruição da sua infraestrutura, capacidade produtiva, emprego, serviços públicos e degradação das condições de vida do povo - resultado que desmente qualquer preocupação com os seus direitos e bem-estar.”

A Central unitária crítica, desde logo, a cumplicidade do governo português e da sua atuação contrária aos princípios da Constituição da República Portuguesa e expressa a solidariedade aos trabalhadores,

ao movimento sindical e ao povo da Síria na sua luta em defesa da paz e da sua pátria independente e soberana.

A sessão pública de 23 de abril (pela Paz na Síria e no Médio Oriente / Contra a agressão dos EUA, Reino Unido, França e seus aliados), iniciativa conjunta CGTP/Conselho Português para a Paz e Cooperação, decorreu no auditório da Escola Profissional Bento de Jesus Caraça de Lisboa. Para além das intervenções dos representantes da CGTP-IN e do CPPC, falou Ghassan Ghosn, Secretário Geral da Confederação Internacional dos Sindicatos Árabes (CISA), que traçou um panorama da atual situação no Médio Oriente. Esta sessão inseriu-se no programa da visita de uma delegação da CISA, que esteve em Portugal, de 22 a 26 de abril. O programa incluiu diversos contactos sindicais, com autarquias e com a Comissão de Negócios Estrangeiros da Assembleia da República (aqui o encontro decorreu a 24 de abril).

Lula incomoda

A grave situação que se vive no **Brasil** tem merecido também a atenção da CGTP-IN e do conjunto do movimento sindical unitário do nosso país. A FENPROF, por exemplo, foi uma das muitas organizações subscritoras de um documento que alerta desde logo:

“A negação do habeas corpus e a ordem de prisão contra Lula da Silva constituem mais um passo no desenrolar do golpe de Estado institucional no Brasil, iniciado com o afastamento, ilegítimo e escandaloso, da Presidente Dilma Rousseff, em 2016”.

Trata-se, como sublinhou a CGTP-IN, de “uma ação que mais não visa do que impedir a candidatura de Lula da Silva às eleições presidenciais em outubro e assegurar a continuidade de um Governo ao serviço de uma minoria opulenta e economicamente poderosa, perpetuando a desastrosa política que está a reverter e destruir tudo o que de mais positivo foi alcançado pelo povo brasileiro, nomeadamente em matéria de direitos sociais e melhoria das condições de vida dos brasileiros, durante os mandatos presidenciais de Lula da Silva e Dilma Rousseff.”

A FENPROF foi uma das 33 organizações subscritoras da posição de protesto que o Conselho Nacional para a Paz e a Cooperação entregou no passado dia 6 de abril, na Embaixada do Brasil em Lisboa. O documento recebeu mais subscrições de apoio até à realização do Ato público de protesto - “Solidariedade com o povo brasileiro. Pela democracia.....”, iniciativa que, dias depois (11 de abril), mobilizou muitos cidadãos portugueses e brasileiros.

O rol de medidas contra os direitos, os rendimentos dos trabalhadores e as condições de vida dos trabalhadores e do povo brasileiro não deixa dúvidas de que o golpe foi contra eles e o seu movimento sindical.

Juntam-se também as medidas arbitrárias e as ações de violência contra responsáveis e ativistas políticos e sociais brasileiros e contra manifestações e em defesa da democracia.

Contudo, a resistência dos trabalhadores e do povo brasileiro conseguiu contrariar alguns dos planos golpistas, como foi o caso da reforma da previdência, o maior programa de distribuição da riqueza do Brasil, que visava privatizar as partes mais rentáveis do sistema, o aumento da idade da reforma (em muitos casos para além da esperança de vida), o congelamento das pensões.

Dar por isso expressão à mais ampla indignação e denúncia deste gravíssimo processo é fundamental como ato de solidariedade e para contrariar a campanha de desinformação e manipulação mediática que lhe dá cobertura em Portugal, um contributo dos trabalhadores e do povo português para parar e reverter este processo.

Venezuela: Entre a realidade e a desinformação é o Povo que sofre

No Dia Internacional de Solidariedade com a **Venezuela** (19 de abril), a CGTP-IN reafirmou a sua solidariedade com os trabalhadores e o povo deste país latino-americano.

Como destaca, “a operação de ingerência levada a cabo contra a República Bolivariana da Venezuela constitui um ataque a um estado soberano, com um governo democraticamente eleito que assenta a sua ação nos valores da paz, da manutenção da ordem pública e assumindo a defesa da lei e da Constituição.”

Os trabalhadores e o povo venezuelanos conquistaram, com a revolução bolivariana, importantes avanços que o poder anteriormente instalado não aceita:

- A nacionalização do petróleo e a passagem para a esfera do estado de todo o sector produtivo ligado à exploração petrolífera trouxe a possibilidade de um forte investimento na melhoria das condições sociais e laborais do povo venezuelano.

- A construção de milhares de escolas e de 2 milhões de casas de habitação; a lei da terra que devolveu a função social da terra e protegeu cooperativas, iniciando o processo de reforma agrária; a aprovação de leis que punem a evasão fiscal; o desenvolvimento de um serviço público de saúde com o alargamento da sua abrangência a todo o território; o fim do analfabetismo na Venezuela e a possibilidade de milhares de jovens de camadas mais baixas da população poderem aceder à escola pública, nomeadamente, ao ensino superior.

- No plano económico, a Venezuela conquistou a sua independência em relação ao FMI, conforme atestado em 2014 por analistas internacionais.

- No plano laboral, os trabalhadores passaram a ter acesso a direitos, nomeadamente direito a férias e proteção social, com uma evolução salarial que permitiu tirar da situação

da pobreza a larga maioria dos trabalhadores venezuelanos.

É pelo caráter popular e de classe da revolução bolivariana, por ter devolvido aos trabalhadores e ao povo da Venezuela o controlo das suas riquezas naturais, por ter uma ação consequente e solidária com os povos da América Latina e por ter contribuído para retirar da pobreza milhões de venezuelanos que, desde a primeira hora, externamente, particularmente os Estados Unidos da América, procuram atacar a revolução bolivariana e devolver à oligarquia que perdeu o poder tudo o que é do Povo e dos trabalhadores, por direito.

A agressão de que o país é alvo tem destruído bens essenciais como alimentos e medicamentos, boicotando, açambarcando, especulando e fomentando atos de violência com que grupos, designadamente os extrema-direita, tentam lançar o caos, para, assim, levar a comunidade internacional e ceder à chantagem que resultaria numa agressão externa contra a Venezuela.

São vítimas desta agressão, entre outros, os trabalhadores e o povo venezuelano, bem como a comunidade portuguesa aí radicada (mas nem sempre devida e clarificadamente informada), vítimas que sentem na pele a desestabilização levada a cabo pelos inimigos internos e externos do poder eleito democraticamente na Venezuela, inconformados com os avanços sociais e laborais a favor dos trabalhadores e das camadas mais desfavorecidas da população.

A CGTP-IN expressou, de forma calorosa, a sua ativa solidariedade aos trabalhadores e povo da Venezuela, exigindo o respeito pelas eleições democráticas e o respeito pela soberania e pela decisão do povo.

Dia da Terra Palestina: a repressão continua!

Entretanto, no passado dia 30 de março foi assinalado o dia da **Terra Palestina**. Este dia marca o momento em que, há 42 anos, seis Palestinos foram mortos pelo estado de Israel quando protestavam contra a ocupação de terras, iniciando depois protestos e uma greve geral que levou à brutal repressão e à prisão massiva de trabalhadores Palestinos.

No Dia da Terra Palestina, o povo e os trabalhadores da Palestina iniciaram uma série de protestos pacíficos junto ao Muro do Apartheid que separa a Faixa de Gaza do restante território, e que denominaram “Grande Marcha do Retorno”, que culminou no dia 15 de maio assinalando os 70 anos da Nakba.

Durante estas concentrações, o Estado de Israel e o seu exército, que instalaram centenas de “snipers” e reforçaram a presença militar, atiraram com fogo real contra os manifestantes provocando quase duas dezenas de mortos e centenas de feridos.

Israel, que desde 1967 ocupa ilegalmente território palestino, mantém uma política de repressão e segregação racial sobre o povo

e os trabalhadores palestinos. Prossegue, nos territórios ocupados, a espoliação de terras e à expansão de colonatos ilegais. Os trabalhadores palestinos são vítimas diárias de repressão e discriminação, obrigados, diariamente, a atravessar pontos de controlo para chegar aos seus trabalhos e impedidos de usufruir de direitos, vendo mesmo os seus salários retirados pelas forças israelitas.

Neste ano, o Dia da Terra foi envolvido por uma maior pressão e ameaça por parte de Israel, com a recente tomada de decisão dos EUA de mudar a sua embaixada de Telavive para Jerusalém.

Ao condenar veementemente a repressão e a violência sobre as manifestações que os palestinos têm desenvolvido, a CGTP-IN exortou os representantes do Estado português a condenar a continuada repressão sobre o Povo Palestino, nomeadamente estas brutais ações do exército israelita que assassinaram dezenas de palestinos e deixaram feridas muitas centenas de pessoas que se manifestavam.

A *Inter* apela ao reconhecimento do Estado da Palestina, com Jerusalém Oriental como capital, por parte do Estado Português, e reafirma a sua solidariedade e exorta o povo português a apoiar os trabalhadores e o povo palestino, na sua heroica luta pelo direito à constituição do seu Estado Independente e Soberano, com as fronteiras anteriores a junho de 1967 e a capital em Jerusalém Oriental.

Ainda no âmbito da solidariedade com o Povo da Palestina, a CGTP-IN esteve representada na “Iniciativa Sindical Europeia pela Justiça na Palestina”, que decorreu nos passados dias 18 e 19 de maio, em Barcelona. Estiveram presentes mais de três dezenas de organizações sindicais europeias.

Também em maio (dias 14 e 15), Lisboa e Porto, respetivamente, associaram-se aos protestos que se fizeram ouvir em todo o mundo contra a decisão de Trump de declarar Jerusalém como capital de Israel. As iniciativas - atos públicos de solidariedade -, promovidas pelo Conselho Português para a Paz e Cooperação (CPPC), decorreram sob o lema “Liberdade para a Palestina. Paz no Médio Oriente”, no Largo Camões, em Lisboa, e na Praça da Palestina (junto à Fernandes Tomás), no Porto. O movimento sindical deu o seu firme apoio a estas ações.

Jornada de luta em França: que pretende Macron?

De regresso ao velho continente, uma recente jornada de luta em **França** chamou a atenção da opinião pública para as medidas do Governo Macron contra os salários, pensões, direitos dos trabalhadores e de serviços públicos universais e de qualidade.

Observando que os trabalhadores e o povo francês responderam com uma forte mobilização às tentativas do governo de

Emmanuel Macron e da UE de impor a todo o custo (incluindo por decreto e sem qualquer negociação) medidas anti-laborais e anti-sociais, o aumento das injustiças e das desigualdades, quando ao mesmo tempo diminui os impostos sobre as fortunas e promove a concentração da riqueza, a CGTP-IN sublinhou na mensagem enviada aos trabalhadores de França:

- Lutam os trabalhadores em defesa do serviço público de saúde, educação e transporte, da sua qualidade e universalidade; em defesa do aumento de salários e portanto contra os planos que visam o aumento da precariedade; contra os despedimentos, o ataque às suas carreiras, os seus rendimentos e a entrega a privados de serviços públicos essenciais.

- Lutam os ferroviários contra a transformação da SNCF (empresa pública de caminho de ferro) em empresa de capitais públicos e privados (visando a sua privatização); contra o desinvestimento em percursos menos lucrativos, a liberalização e abertura à exploração por privados da linha férrea pública; contra a supressão de direitos conquistados e a definição de um estatuto próprio. Medidas definidas em sucessivos Pacotes Ferroviários da UE que o governo francês procura agora impor e que em Portugal já levaram à privatização da CP Carga, à degradação da prestação do serviço público de transporte ferroviário e ao aumento dos preços, bem como à retirada de direitos dos trabalhadores e dos utentes.

- Lutam os trabalhadores, pensionistas e reformados em defesa do direito à pensão e a uma segurança social pública e universal.

- Lutam também outras camadas sociais, como os estudantes, contra a elitização e mercantilização do ensino superior; e em defesa do acesso ao ensino superior público, gratuito e de qualidade. •



A bandeira

Às crianças e jovens palestinos detidos nas prisões de Israel e à memória dos que morreram na Grande Marcha do Retorno

Desses cinco que ficaram foram depenar um pato: deu o tringlomango neles, não ficaram senão quatro. (Popular)

– Vinham as cinco meninas caminhando pela estrada, chegou tiro do outro lado, das cinco ficaram quatro.

– E das quatro que ficaram? – Começaram a correr, veio um tiro do outro lado, das quatro ficaram três.

– E dessas três que ficaram? – Oh como corriam todas! Veio um tiro do outro lado, das três ficaram só duas.

– E das duas que ficaram? – Uma caiu. – Tropeçou? – Não, que um tiro do outro lado num segundo a derrubou.

– E a menina que ficou? – Viu ao longe atiradores, era tropa bem armada: atrás de um pneu se escondeu.

Encontrou uma bandeira da Palestina no chão. Não perdeu tempo a menina, tomou-a logo nas mãos.

Levou-a consigo, era perto, hasteou-a na colina: negra e branca, verde e rubra, a bandeira palestina.

Abril, 2018
João Pedro Méseder



Itália FENPROF participa no 14º Congresso da UIL SCUOLA

MANUELA MENDONÇA (Membro do SN da FENPROF)

De 15 a 17 de maio, realizou-se em Montesilvano (Itália) o 14º congresso da UIL Scuola, organização com a qual a FENPROF mantém uma relação de longa data.

Integrando espaços de debate diversificados, o programa do congresso incluiu uma mesa redonda sobre “Comunidade educativa e sistemas nacionais de avaliação”. Num debate moderado pela vice-secretária geral da UIL Scuola, participaram a presidente do Instituto para a Investigação Académica, Social e Educativa, o Diretor Geral da Educação, o Diretor Geral do Instituto Nacional da Avaliação, o secretário-geral da UIL Scuola e a representante da FENPROF, como porta-voz dos convidados internacionais, que se tinham reunido para preparar uma posição comum sobre o tema em debate. É essa intervenção que a seguir se reproduz:

Em primeiro lugar, em nome dos convidados internacionais, da Bulgária, França, Grécia, Holanda, Portugal, Espanha e Reino Unido, agradeço à UIL-Scuola convite e a calorosa hospitalidade. Estamos felizes por

estar aqui e tentarei partilhar convosco as nossas posições sobre o tema que nos foi proposto: “Avaliação – o seu impacto na pedagogia e na autonomia profissional”.

A avaliação dos alunos está no centro da profissão docente. É um ato profissional ponderado, que afeta os alunos e as suas famílias. A avaliação visa consciencializar os alunos dos seus resultados e reforçar o seu sentimento de competência, bem como fazer um diagnóstico das dificuldades e encontrar soluções para as superar. Por outras palavras, a avaliação deve ser formativa e positiva, para reforçar o conhecimento e as capacidades dos alunos e para fornecer feedback construtivo. Investir no desenvolvimento inicial e profissional dos professores é importante porque pode melhorar a sua capacidade de analisar os processos de aprendizagem, bem como reforçar o seu trabalho cooperativo e autonomia profissional.

Ao discutir as políticas de avaliação, constatámos que em todos os nossos países os testes padronizados estão a ter impactos negativos nas escolas, professores e alunos. As escolas tornaram-se fábricas de exames, os currículos foram reduzidos e há um foco excessivo na literacia e numeracia, com a exclusão de disciplinas criativas e práticas.

Além disso, crianças de todas as idades sofrem cada vez mais de stress relacionado com a saúde mental, devido à pressão dos exames. Os alunos com dificuldades são vítimas de uma mais baixa auto-estima.

Os professores também enfrentam doenças relacionadas com o stress, devido ao medo e à competição doentia. Perante fracos resultados de aprendizagem, os professores individualmente considerados são os primeiros a serem responsabilizados. Por isso são obrigados a ensinar para o teste para melhorar o desempenho dos alunos em exames de alto nível. Este processo limita drasticamente a liberdade dos professores, moldando as práticas pedagógicas e levando à desprofissionalização do seu trabalho.

A Inglaterra parece ser o pior exemplo em termos de avaliação e exames. Existem testes nacionais padronizados para crianças de 4, 6, 11 e 14 anos de idade e, depois outros exames para todos os alunos de 16 anos. Os resultados dos testes estão ligados à avaliação do professor, que por sua vez está ligada ao salário. A inspeção escolar centra-se principalmente nos dados dos testes e um resultado menos positivo da inspeção pode levar à demissão de um diretor e de outros professores.

Na Holanda, os professores do ensino primário com mais idade estão sob pressão para obter resultados mais elevados e têm mesmo vindo a ser empurrados para fora da escola. Em alguns países, como a Inglaterra e Portugal, os resultados dos exames nacionais são também usados para fomentar

a competição entre as escolas, através da publicação de rankings que tentam desacreditar as escolas públicas e promover o ensino privado.

Ao nível internacional, estudos estatísticos conduzidas por organizações transnacionais de natureza governamental, especialmente a OCDE, tornaram-se instrumentos poderosos para regular as políticas de educação pública. Além disso, para as autoridades nacionais, eles são muitas vezes um meio de legitimar as suas reformas educativas e de culpar os professores por supostamente não fazerem bem o seu trabalho.

Essas comparações internacionais usando instrumentos padronizados não conseguem captar a verdadeira essência do ensino e da educação. Definitivamente degradam a noção de educação que nem sempre encaixa nesses dados mensuráveis. Com efeito, a educação não pode ser reduzida ao domínio de certas capacidades e competências, a educação envolve também a transmissão e a promoção de princípios e valores humanistas que tais testes dificilmente podem incluir.

Esta obsessão com resultados e desempenhos comparados, tanto a nível nacional como internacional, produz um conhecimento muito limitado, ignora a contextualização dos processos de aprendizagem e empobrece a participação e o debate democrático sobre as dimensões políticas da educação.

Em conclusão

Os professores não se opõem à avaliação, sabemos que isso é importante, mas usar resultados dos exames para testar professores e escolas é claramente inadequado. Por isso, é muito importante que os professores continuem a lutar contra esta examinite e esta cultura de fábrica de exames, nomeadamente trabalhando de forma colaborativa com os pais.

No que diz respeito às políticas de educação, constatamos que os problemas que enfrentamos são os mesmos onde quer que estejamos. Para nós, sindicatos de professores, participar em discussões internacionais representa uma oportunidade de fortalecer os nossos argumentos para pressionar os nossos governos com posições e reivindicações comuns. Juntos, continuaremos a construir uma escola que promova o bem-estar de alunos, professores e outros membros da comunidade escolar. Juntos, continuaremos a lutar por uma educação pública de qualidade para todos. Juntos fazemos a diferença, como diz o lema do vosso congresso. E juntos seremos mais fortes. •



ISTP18: Cimeira Internacional sobre a Profissão Docente

FENPROF honrou compromisso e levou a luta dos professores ao conhecimento das várias delegações dos países representados



As Cimeiras Internacionais sobre a Profissão Docente realizam-se anualmente por iniciativa da OCDE e da Internacional de Educação (IE), organização de que a FENPROF é membro fundador e que representa mais de 35 milhões de trabalhadores de Educação de todo o mundo.

Os trabalhos da pré-cimeira e cimeira deste ano realizaram-se em Lisboa, a 21 e 22/23 de março e neles participou a FENPROF, enquanto organização filiada na IE e mais representativa dos docentes em Portugal, estando presentes os seus dirigentes Mário Nogueira, Manuela Mendonça, José Alberto Marques e Henrique Borges. No primeiro momento debateu-se a importância do envolvimento da escola nas comunidades locais, no segundo a reflexão foi em torno das pedagogias de futuro e o último centrou-se no bem-estar dos professores.

A FENPROF interveio no primeiro e no terceiro tema e, nos dois momentos, o Secretário-Geral da FENPROF, colocou os problemas vividos no nosso país e consi-

derou indispensável que, urgentemente, sejam tomadas medidas que lhes dêem resposta. Era, aliás, esse o mandato da FENPROF, assumido em Plenário Nacional de Professores e Educadores, conforme consta da Resolução então aprovada:

No final dos trabalhos, organizações representativas dos docentes e Ministério da Educação aprovaram três compromissos que, tal como todos os países presentes (Alemanha, Inglaterra, Escócia, Suécia, Finlândia, Noruega, Rússia, Estónia, Geórgia, Canadá, Nova Zelândia, China ou Singapura, entre outros), deverão ser cumpridos ao longo do próximo ano.

Os três compromissos da delegação portuguesa na Conferência de Lisboa

- Desenvolvimento de programas integrados envolvendo diversas áreas da governação em apoio às escolas de comunidades desfavorecidas, direcionados a essas comunidades, para a promoção de equidade, sucesso e inclusão.

- Implementação de novas estratégias de ensino e de novos métodos e práticas pedagógicas, a par de investimento na formação inicial e contínua e desenvolvimento de qualificações para o trabalho em rede.

- Assunção de que o envelhecimento da profissão docente é um problema que terá de ser tratado; valorizar a autonomia

das escolas e dos professores através da promoção de tempos e espaços para o trabalho colaborativo, reforçando a participação dos professores nos processos de decisão ao nível da Escola.

Intervenções durante a Cimeira



Mário Nogueira,
Secretário-Geral
da FENPROF

Escolas no centro das comunidades

Na sua intervenção abordou quatro tópicos, começando por referir-se às políticas públicas de proximidade enquanto instrumentos fundamentais da inclusão. “Nas sociedades como a portuguesa, que é das mais desiguais da Europa, com um profundo fosso entre ricos e pobres e cerca de 25 % de crianças em situação de pobreza ou em risco de pobreza, a inclusão escolar é absolutamente fundamental”, referiu a dado passo.

No segundo tópico dirigia-se à participação dos professores, para chamar a atenção para a necessidade de envolvimento dos docentes na governação das escolas. O Secretário-Geral quis deixar claro que “não há que ter medo da democracia na organização escolar, pelo contrário, sendo a escola um ateliê de democracia, estranho seria se não se organizasse de forma democrática. Elegibilidade, colegialidade democrática e participação de todos na tomada de decisão, não só legitima as decisões, como reforça as lideranças”.

“A proximidade dos níveis de decisão não se deve prestar a confusões sobre quem deve decidir o quê. À escola o que é da escola e a pedagogia, os currículos, os recursos humanos, a organização e o funcionamento da escola são níveis de decisão invioláveis. Ninguém é mais próximo dos alunos e suas famílias do que a escola”, disse, numa clara alusão ao processo de municipalização que o governo quer levar por diante e apelou à resistência a “entregar ou integrar outros, como os municípios, em níveis de decisão que deverão estar reservados aos professores ou à escola”.

Quarto tópico era o das condições de trabalho. Mário Nogueira atacou a racionalização de recursos que põem em causa as condições de exercício profissional e de funcionamento das escolas, com especial ênfase nas escolas do em zonas “servindo comunidades que ainda não se conseguiram libertar das bolhas de pobreza e exclusão

que as envolvem”. Investimento que, como referiu, “tem um custo, é certo, mas não é despesa, trata-se de investimento na Escola Pública Democrática”.

Bem-estar do professor, autoconfiança, eficácia e eficiência

Na segunda intervenção que Mário Nogueira fez na Conferência, dirigiu-se aos problemas dos professores. “O bem-estar dos professores é fundamental para que estes se sintam motivados, confiantes” e, num claro apontar do dedo ao governo/ME, colocou especial pressão em 15 questões:

1. Desemprego, atingindo mais de 20.000 profissionais;

2. Subemprego, que atinge outros tantos;

3. Precariedade que, só no chamado ensino não superior público afeta mais de 15.000 professores;

4. Instabilidade, também emocional, de quem está colocado a centenas de quilómetros da família e dos amigos, durante anos seguidos;

5. Sobrecarga de trabalho, boa parte burocrática, retirando tempo e disponibilidade para se dedicarem ao essencial;

6. Horários de trabalho muito para além do que estabelece a lei e seria pedagogicamente adequado;

7. Imposição de atividades que não correspondem a funções docentes e que são impostas por haver falta de outros profissionais;

8. Turmas com muitos alunos mas onde cabe sempre mais um;

9. Insuficiência de recursos e apoios para alunos com necessidades educativas especiais e quadros legais que agravam a situação;

10. Escolas onde faltam funcionários auxiliares, logo, faltam apoios aos professores, entre outros problemas;

11. Níveis de indisciplina cada vez mais frequentes e elevados sem que seja tomada qualquer medida que combata este problema;

12. Pressões sociais, dos pais em particular, e grande exposição mediática, mesmo perante pequenos problemas;

13. Modelo de avaliação burocratizado, desajustado e inútil no plano formativo;

14. Envelhecimento dos profissionais, sendo apenas 121 os que têm até 30 anos, problema que cresce ao do desgaste da profissão;

15. Carreira desvalorizada, desde logo pelos 9 anos, 4 meses e 2 dias que os professores cumpriram, mas o governo pretende agora eliminar.

Falando das soluções, se residem na falta de condições económicas para avançarem, então, lembrava “milhares de milhões de euros que este país continua a pagar ao FMI e à União Europeia”.



“

À escola o que é da escola e a pedagogia, os currículos, os recursos humanos, a organização e o funcionamento da escola são níveis de decisão invioláveis. Ninguém é mais próximo dos alunos e suas famílias do que a escola.

“O apelo que faço aos governantes é que deixem de pensar a Educação como despesa e compreendam que se trata de um investimento no futuro. Os professores não são missionários ou pessoas com jeito; os professores são profissionais” – disse quase a terminar, prometendo ação e luta dos docentes perante a inoperacionalidade do governo.



PRÉ-CIMEIRA

Manuel Mendonça,
Secretária
Internacional
da FENPROF

Eficácia, motivação e bem-estar dos professores

Manuela Mendonça referiu-se ao primeiro tema, Escolas no centro das suas comunidades, para “sublinhar, como faz a Internacional da Educação (IE), que somente a educação pública pode proporcionar apoio coerente às escolas e comunidades e que a última coisa de que as escolas públicas precisam é de competição e de forças de mercado”. Na sua intervenção criticou a OCDE por considerar como desafio “criar mecanismos de controlo e equilíbrio que

impeçam que a escolha leve à desigualdade e à segregação”, ao invés de questionar efetivamente a opção política por políticas de livre escolha, que, em Portugal, puseram em causa a sustentabilidade financeira da escola pública. Manuela Mendonça, lembrou que uma “ampla mobilização social reiterou a necessidade de canalizar as receitas fiscais para melhorar a educação pública, que deve ser gratuita, inclusiva e de qualidade”. O que veio a ser reforçado por um estudo de opinião que “mostrou que cerca de 80% da população apoiava a decisão do governo” de pôr fim a essa situação contrária aos interesses do país. E acrescentou que “os governos e as políticas podem mudar, mas a consciência social da importância da educação pública permanecerá crucial”. Sustentando a posição da FENPROF nesta matéria, a Secretária Internacional, deixou claro que “o objetivo é ter todas as escolas no sistema público desejavelmente com um elevado nível de qualidade, inclusão e oportunidades de educação semelhantes, mitigando as diferenças existentes, particularmente em áreas e escolas desfavorecidas”.

Contrariou o facto de a OCDE considerar fundamentais e positivas reformas como a redução do número de escolas em Portugal e a criação de agrupamentos de escolas, para quem “são consideradas uma reforma ambiciosa para consolidar a rede de escolas do país e responder a ineficiências e drásti-

cas desigualdades regionais. Não deixa de ser “surpreendente ler um tal elogio a uma reforma de cariz economicista, que levou ao encerramento indiscriminado de milhares de escolas”, enfatizou, bem como “à criação de mega-agrupamentos de escolas - em alguns casos agrupando dezenas de escolas e milhares de alunos sem qualquer racionalidade pedagógica”. À opinião da OCDE que afirmava ser esta reorganização uma bem-sucedida racionalização da gestão da administração e do uso dos recursos escolares”, opôs a conclusão do Conselho Nacional de Educação que considera que “em vez de resolverem os problemas existentes, os mega-agrupamentos criaram problemas onde estes não existiam”.

Na sua intervenção quis deixar claro que “a esmagadora maioria dos professores é contra” o processo de municipalização, “porque acha que essa reforma limitará ainda mais a autonomia das escolas (e, a curto prazo, também a liberdade pedagógica e profissional dos professores), para além de poder agravar assimetrias económicas, sociais e culturais entre escolas de diferentes municípios”.

Falar de Pedagogias para o futuro levanta uma série de “questões pertinentes, por exemplo, a necessidade de apropriação da inovação pelos professores e de uma cultura colaborativa da profissão”. Para atingir estes objetivos, Manuela Mendonça alertou para

a necessidade de se “discutir que formação inicial e contínua e que desenvolvimento profissional são necessários para que os professores sejam efetivamente líderes/ autores/promotores de inovação”, para o que é importante que “os governos encontrem maneiras de favorecer e apoiar o profissionalismo, remover formas burocráticas e administrativas de controle, fornecer incentivos e financiamento”.

Diz-nos a investigação que a perceção dos professores sobre o clima escolar, uma cultura colaborativa e a liderança escolar afetam significativamente os seus níveis de stress, autoeficácia e satisfação no trabalho, referiu a dado passo. Manuela Mendonça lembrava ainda o retorno do autoritarismo e do centralismo às escolas, o que leva hoje à necessidade da “luta por uma gestão escolar democrática”.

“Na última década, reformas ideologicamente orientadas e cortes sucessivos na educação levaram à intensificação e burocratização do trabalho docente, bem como a crescente precariedade e empobrecimento entre os professores”, disse quase a terminar a sua intervenção.

Continuando, ao abordar um dos temas mais sensíveis do processo reivindicado em curso, o do envelhecimento da profissão, a Secretária Nacional da FENPROF atribuiu a principal causa da situação hoje vivida “à redução de cerca de 30% dos postos de trabalho docente durante o período de austeridade e ao aumento da idade de aposentação”, hoje com “menos de 1% dos docentes no ativo” com idades “até 30 anos de idade. Muitos professores sentem-se exaustos e desmoralizados e deixariam a profissão se tivessem oportunidade”.

Considerando que isso é um problema para os professores, mas também para os alunos, para as escolas e para o sistema educativo, Manuela Mendonça valorizou a grande mobilização para combater políticas que contrariam a resolução destes problemas e a necessidade de o movimento sindical manter a pressão, o que poderia vir a concretizar-se com a realização de uma grande manifestação nacional (o que veio a acontecer no passado dia 19 de maio).

Os professores são o “recurso mais importante para o sucesso educativo e académico dos alunos”. É, pois, necessário, lembrou no final da sua intervenção, “discutir a sua formação e desenvolvimento profissional, mas também as suas condições de trabalho: uma carreira mais ou menos gratificante; mais ou menos estabilidade no emprego; uma gestão escolar mais ou menos democrática; horários de trabalho mais um menos adequados, mais um menos burocracia, mais ou menos indisciplina... têm efeitos importantes na eficácia, motivação e bem-estar dos professores, fatores decisivos para se alcançar uma escola melhor”. | LL •

Livros

“Fisgadas pela inclusão”

A deficiência como assunto fica ao lado de muita gente, só a agarram aqueles que andam por perto, que a sentem, em si ou nas pessoas mais próximas, como os filhos. Também a sentem os professores e os educadores que trabalham e lidam com alunos com necessidades especiais.

Porque durante anos denunciei situações, critiquei e levei aos jornais informação que julgava de interesse para quem navega na barca da deficiência, onde também estou, aqui está o livro dirigido aos que sentem a causa da deficiência, a causa dos alunos com necessidades especiais.

A Convenção sobre Direitos das Pessoas com Deficiência está no centro deste livro. É a arma onde se justificam as fisgadas, que são críticas, denúncias, descontentamentos, avisos, alertas para a promoção de uma vida de inclusão.

“Fisgadas pela inclusão”, título do livro escolhido depois de ter passado por outros possíveis.

Como são páginas de intenção crítica, de denúncia, são “fisgadas”. Podiam ser “pedradas”. Também podiam ser “farpas”, mas “farpas” tem autor consagrado e de respeito a pedir contenção no atrevimento.

“Fisgadas pela inclusão”, porque as “fisgadas” ou “pedradas” pretendem forçar a abertura de portas aos excluídos para estarem na sociedade de todos, com os mesmos direitos, com as mesmas oportunidades, com o mesmo respeito, com a mesma consideração, porque inclusão é isso mesmo.

Depois de um persistente andar pelos artigos da Convenção dá para concluir que as pessoas com deficiência têm suportes legais para serem respeitadas, consideradas e reconhecidas.

Também a riqueza do mundo não é propriedade só de alguns, mas de todos, também dos deficientes. Todos com direitos à inclusão, sem restrições, sem limitações, sem exclusões.

Não basta ficar pelo reconhecimento do direito à vida, é necessário exigir todos os meios para uma vida com dignidade, porque a riqueza do mundo não é só de alguns, mas de todos. Também das pessoas com deficiência, também dos excluídos. De aí o direito a pensões e a apoios que permitam uma vida com dignidade.

O livro Fisgadas pela inclusão tem como principal objetivo alertar para a Convenção como código de direitos internacionalmente reconhecido. Código que tem de estar sempre presente, como referência nas reivindicações, nas barreiras do quotidiano. •



Cinanima Junior

Um projeto de animação apontado às escolas

O Cinanima Junior é uma iniciativa do Serviço Educativo do Cinanima – Festival Internacional de Cinema de Animação de Espinho, numa co-organização da Cooperativa Nascente (Cooperativa de Ação Cultural sem fins lucrativos) e a Câmara Municipal de Espinho. Lançado em 2014, o projeto conta com a parceria do Plano Nacional de Cinema, da Cinemateca Portuguesa e tem como mecenas a Fundação Manuel António da Mota.

O Cinanima Junior corresponde a três programas de cinema de animação (extensões do festival Cinanima) que incluem filmes submetidos a concurso ao Cinanima no ano imediatamente anterior. Os programas destinam-se a três faixas etárias específicas:

- Crianças: para alunos do ensino pré-escolar e 1.º ciclo do ensino básico, numa faixa etária de referência dos 3 aos 9 anos de idade;
- Adolescentes: para alunos do 2.º e 3.º ciclos do ensino básico, numa faixa etária de referência dos 10 aos 15 anos de idade;
- Jovens: para alunos do ensino secundário, numa faixa etária de referência dos 15 aos 18 anos de idade.

As sessões Cinanima Junior são programadas anualmente e têm início a 1 de dezembro, logo após o término do festival Cinanima, que acontece na segunda semana de novembro, ficando em vigor até 31 de agosto. Uma palavra final para destacar o conjunto de oficinas que o Cinanima Junior proporciona: brinquedos ópticos, stop-motion (pixilação), storyboard e animação 3D. •

Exposição
Dinossáurios em
Santa Cruz das Flores

O Museu de Angra do Heroísmo apresenta nas Flores, até ao próximo dia **31 de julho**, uma exposição de réplicas de fósseis de dinossáurios pertencentes ao seu acervo. O certame está patente no Museu Municipal de Santa Cruz das Flores. •

Hot Clube de Portugal
Atelier de Iniciação ao Jazz

Um dos muitos projetos da prestigiada instituição da Praça da Alegria, em Lisboa, o Atelier de Iniciação ao Jazz do Hot Clube de Portugal, tem como objetivo principal mostrar e ensinar o jazz a uma faixa etária que vai desde os 10 aos 14 anos, como uma alternativa ao ensino tradicional de música. As aulas têm um componente vincadamente prática, onde são formados grupos para aprender e trabalhar repertório, trabalhar e incentivar improvisação, desenvolver a interação em grupo, aprender história do Jazz, desenvolver algumas noções básicas de teoria e formação auditiva, visionamento de imagens e vídeos, audição de discos, etc. Pretende-se que seja um atelier com muita liberdade e que vá ao encontro das necessidades de quem procura este estilo musical, para que futuramente possam enveredar pelo curso completo do Hot Clube. Funciona às quartas-feiras das 17h30 às 20h00, com uma aula de teoria das 17h30 às 18h00 (conteúdos especialmente adaptados a esta faixa etária), uma aula de instrumento das 18h00 às 19h00 e uma aula de combo das 19h00 às 20h00. A coordenação do atelier está a cargo do professor Gonçalo Marques. •

Casa da Música
Orquestra de Jazz de
Matosinhos & Manel Cruz
ao vivo

A Orquestra de Jazz de Matosinhos regressa, no dia **9 de junho**, à Sala Suggia, na Casa da Música, para um espetáculo que promete. Desta vez, a OJM será acompanhada pelo músico Manel Cruz (ex-Ornatans Violeta). Início do concerto: 22h00. •

+ INFO www.casadamusica.com

Évora já tem
Centro Interativo
de Arqueologia

O humanista André de Resende pode ser considerado o pai da Arqueologia portuguesa. Nos inícios do séc. XVI, através da recolha e leitura das “pedras”, e da investigação de campo, André de Resende encetou uma novíssima forma de fazer história. Não foram só as “Antiguidades” da Évora romana que Resende investigou, ele quis ir mais além, alargando o seu estudo a toda a Lusitânia. Quinhentos anos depois entendeu a Universidade de Évora criar no Laboratório de Arqueologia um espaço expositivo de memórias dedicado a André de Resende, onde se expõem os materiais arqueológicos, devidamente



contextualizados, provenientes, especialmente, de escavações realizadas em propriedades da própria Universidade tais como Anta 2 da Mitra, Capela de Nossa Senhora da Modéstia e poço cisterna do Colégio do Espírito Santo. Pretende-se, paralelamente, de uma forma pedagógica e interativa dar a conhecer, através de imagens, os últimos estudos arqueológicos desenvolvidos por equipas da Universidade e também alguns aspetos da vida e obra de André de Resende e finalmente encaminhar o visitante para a Catedral de Évora onde se guardam os restos mortais do Pai da Arqueologia Portuguesa. | Universidade de Évora •

José Saramago
Congresso Internacional
em Coimbra

Para celebrar os 20 anos da atribuição do Prémio Nobel da Literatura a José Saramago, o Centro de Literatura Portuguesa da Universidade de Coimbra organiza, com a C. M. de Coimbra, o Congresso Internacional “José Saramago: 20 Anos com o Prémio Nobel”.



A iniciativa decorrerá de **8 a 10 de outubro**, no Convento São Francisco, na capital do Mondego. Está em curso, até 31 de julho, a segunda fase de inscrições e de apresentação de propostas de comunicação. Como atividade paralela, foi instituído um prémio de ensaio literário, destinado a estudantes do ensino secundário portugueses. Podem candidatar-se ao prémio estudantes matriculados, no ano letivo de 2017-2018, em qualquer dos anos do ensino secundário e que frequentem escolas públicas, cooperativas ou privadas do sistema de ensino português. Foi atribuída acreditação ao congresso pelo Conselho Científico-Pedagógico de Formação Contínua (grupos: 200 Português e Estudos Sociais/História; 210 Português e Francês; 220 Português e Inglês; 300 Português). •

+ INFO uc.pt/fluc/clp/cijs

Musical
“Casa de Chocolate”

O Il Ato/Produções Artísticas apresenta no próximo dia **22 de junho**, no auditório Ruy de Carvalho em Carnaxide (Lisboa), um dos mais célebres contos dos Irmãos Grimm adaptado para o teatro «numa versão mágica e musical que nos leva numa viagem alucinante a um conto que atravessou gerações. O musical “Casa de Chocolate” inclui representação, canto e dança no espetáculo mais doce do mundo!» O espetáculo também é apresentado nas escolas. •

+ INFO

www.facebook.com/Casa-de-Chocolate-Musical-Infantil-602727709858723/?fref=ts
e 917133171

Musical
Uma Aventura Fora da Colmeia

O musical infantil “A Abelha - Uma Aventura Fora da Colmeia” (40 minutos sem intervalo) está disponível para apresentação nas escolas do país. Trata-se de um espetáculo de Bruno Pópulo com produção da ProtagonizaMagia Associação Cultural. + info: telem 932 965 484, brunopopulo@gmail.com e www.facebook.com/protagonizamagia



Encontro Nacional Autonomia e Flexibilidade Curricular

16 junho de 2018 | 9h30 | Porto
Auditório da Escola Secundária do Cerco

SESSÃO DA MANHÃ (10h00 – 13h30)

Apresentação dos resultados do estudo realizado pela FENPROF

Almerindo Janela Afonso, Professor na Universidade do Minho – Instituto de Educação e Psicologia

João Jaime, Diretor da Escola Secundária Camões, Lisboa

SESSÃO DA TARDE (15h00 – 17h30)

Representantes dos Grupos Parlamentares

- Debate sobre o modelo proposto pelo Governo
- O papel e a intervenção dos Partidos com assento parlamentar

Ação certificada de curta duração (ACD) ao abrigo do DL 22/2014 e Despacho 5741/2015 – Avaliação do Desempenho e Progressão na Carreira (6 horas).

FENPROF • Rua Fialho de Almeida, 3
1070-128 LISBOA



www.fenprof.pt • facebook.com/FENPROF.Portugal



Centro de Formação
SINDICATO DOS PROFESSORES DO NORTE

Inscrições
também online